

PÁG.

- 1- [ATAS](#)
    - 1.1- [547ª Reunião Ordinária](#)
    - 1.2- [Reunião Especial - Abertura da 6ª Reunião da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidro- gráfica do Rio São Francisco-CIPE - São Fran- cisco](#)
    - 1.3- [284ª Reunião Extraordinária](#)
  - 2- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
  - 3- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
  - 4- [ERRATA](#)
- 

-----  
**ATAS**  
-----

**ATA DA 547ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA, EM 9 DE JUNHO DE 1994**

Presidência do Deputado Bené Guedes

**SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Apresentação de Proposições:** Projeto de Resolução nº 2.067/94 - Projetos de Lei nºs 2.068 a 2.072/94 - Requerimentos nºs 5.356 a 5.361/94 - Requerimento do Deputado Ermano Batista - **Comunicações:** Comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Assuntos Municipais e de Administração Pública e dos Deputados Márcio Miranda (2), Maria Olívia e Wanderley Ávila - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados José Maria Pinto, Roberto Amaral, Marcos Helênio e Gilmar Machado - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase:** Leitura de comunicações apresentadas - Requerimentos: Requerimento do Deputado Ermano Batista; deferimento - Questão de ordem - **ENCERRAMENTO.**

**ABERTURA**

- Às 14h15min, comparecem os Deputados:

Rêmolo Aloise - Elmo Braz - Bené Guedes - Amílcar Padovani - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Fuzatto - Antônio Júlio - Baldonado Napoleão - Bonifácio Mourão - Célio de Oliveira - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Ivo José - João Batista - José Leandro - José Maria Pinto - José Renato - Kemil Kumaira - Marcos Helênio - Maria Elvira - Maria José Haueisen - Mauri Torres - Paulo Pettersen - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Simão Pedro Toledo - Tarcísio Henriques - Wilson Pires.

**O Sr. Presidente (Deputado Bené Guedes)** - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)**

**Ata**

- **O Deputado Gilmar Machado**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**O Sr. Presidente** - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

**Apresentação de Proposições**

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.067/94**

Dispõe sobre a concessão de auxílios financeiros diversos mediante recursos consignados no orçamento da Assembléia Legislativa, estabelece critérios para a sua distribuição e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - As subvenções sociais de que trata a Lei nº 6.776, de 9 de junho de 1976, bem como o auxílio para despesas de capital e transferência a municípios, incluídas em valor consignado no orçamento da Assembléia Legislativa, serão concedidos a entidades ou Prefeituras Municipais que preencham os requisitos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 1º da Resolução nº 5.129, de 28 de dezembro de 1992.

Art. 2º - Os recursos liberados diretamente pela Assembléia Legislativa serão precedidos de plano de trabalho proposto pela entidade e aprovado pela Assembléia, nos termos do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e de termo de convênio próprio, firmado entre as partes.

§ 1º - A exigência prevista no art. 4º da Resolução nº 5.129, de 28 de dezembro de 1992 para habilitação de entidade, poderá ser satisfeita pela apresentação do atestado de cadastramento expedido pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social acompanhado de cópias do estatuto e do cartão de CGC da entidade requerente.

§ 2º - As exigências para habilitação de Prefeituras Municipais são:

I - prévia autorização legislativa municipal;

II - aplicação do mínimo previsto na Constituição, na manutenção e no desenvolvimento do ensino;

III - comprovação da instituição e da arrecadação dos tributos de sua competência, previstos na Constituição da República;

IV - contrapartida do município num mínimo correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total do convênio, dispensada para aqueles cuja arrecadação do ICMS for inferior à quota do Fundo de Participação.

§ 3º - Na contrapartida mencionada no inciso IV do parágrafo anterior poderão ser computadas as despesas com pessoal e os custos de materiais efetivamente utilizados para a execução do convênio.

§ 4º - As cláusulas do convênio referentes à prestação de contas de entidades e Prefeituras Municipais observarão o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de liberação da última parcela e as disposições da Resolução nº 5.129, de 28 de dezembro de 1992.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1994.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Roberto Amaral - Célio de Oliveira - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Fiscalização Financeira, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso II, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 2.068/94**

Isenta do pagamento de emolumentos as entidades beneficentes de assistência social nos casos que menciona e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam isentas do pagamento de emolumentos relativos ao registro de alteração do seu estatuto, de ata ou de documentos válidos contra terceiros, a que se refere a Tabela 20 do Anexo III da Lei nº 7.339, de 1º de dezembro de 1978, as entidades beneficentes de assistência social, em regular funcionamento no Estado de Minas Gerais e declaradas de utilidade pública pelo poder público estadual.

§ 1º - Consideram-se entidades beneficentes de assistência social as fundações e as associações civis sem fins lucrativos que atuem, precipuamente, com vistas a:

I - proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice;

II - amparar crianças e adolescentes carentes;

III - promover ações de habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência;

IV - promover ações de prevenção contra deficiências física, sensorial e mental;

V - promover, gratuitamente, assistência jurídica, educacional, médica e odontológica às pessoas carentes;

VI - promover a integração das pessoas no mercado de trabalho.

§ 2º - Os valores dos emolumentos referidos no "caput" deste artigo, a serem cobrados das entidades beneficentes de assistência social não declaradas de utilidade pública, serão reduzidos à metade.

§ 3º - É gratuito o registro de ato constitutivo de entidade beneficente de assistência social.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 11.284, de 26 de novembro de 1993.

Sala das Reuniões, de de 1994.

Baldonado Napoleão

Justificação: O Brasil, pelos dados oficiais do recenseamento de 1990 do IBGE, tem,

comprovadamente, 32 milhões de pessoas vivendo em absoluta miséria.

O Governo Federal já assumiu publicamente esse número e hoje desencadeia ampla campanha com vistas a amenizar as condições subumanas de vida dessas pessoas.

Para a consecução de seus objetivos, o Governo tem procurado ajuda, seja por meio da solidariedade das pessoas, seja por intermédio das instituições públicas e privadas, sobretudo das entidades de cunho eminentemente filantrópico, dada a sua experiência e conhecimento mais profundo da questão.

O projeto que ora estamos apresentando vai ao encontro desses objetivos. Busca diminuir o encargo que recai sobre as fundações e as associações civis sem fins lucrativos, de caráter preponderantemente social, para que elas possam melhor desempenhar seu mister.

Não se justifica que essas entidades, para serem criadas ou estarem em funcionamento, paguem emolumentos. É preciso dar-lhes tratamento especial, pois prestam serviço de utilidade pública.

Assim sendo, a proposição tem por escopo isentá-las de emolumentos, por meio de um critério rigoroso, a fim de excluir aquelas que não têm como finalidade precípua a assistência social.

Num primeiro passo, o projeto incentiva a criação de entidades assistenciais ao isentá-las dos emolumentos relativos ao registro de seu ato constitutivo. Posteriormente, reduz à metade os valores dos demais emolumentos para as entidades ainda não declaradas de utilidade pública. E, num último passo, concede-lhes isenção plena.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Saúde e Ação Social para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI N° 2.069/94**

Declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Bem-Ti-Vi, com sede no Município de São Gotardo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica declarado de utilidade pública o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Bem-Ti-Vi, com sede no Município de São Gotardo.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 31 de maio de 1994.

Ronaldo Vasconcellos

Justificação: O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Bem-Ti-Vi é uma instituição que tem por objetivo o desenvolvimento da cultura e do lazer na comunidade de São Gotardo. Dedicam-se a um trabalho meritório, reconhecido por toda a comunidade.

A entidade preenche todos os requisitos para ser declarada de utilidade pública, uma vez que está em atividade há mais de dois anos, tem seus estatutos devidamente registrados, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas, que não recebem remuneração pelo exercício dos cargos que ocupam.

Eis porque confiamos em nossos colegas para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI N° 2.070/94**

Declara de utilidade pública o Clube de Mães do Bairro Santa Tereza, com sede no Município de Ponte Nova.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica declarado de utilidade pública o Clube de Mães do Bairro Santa Tereza, com sede no Município de Ponte Nova.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 1° de junho de 1994.

Ronaldo Vasconcellos

Justificação: O Clube de Mães do Bairro Santa Tereza, com sede no Município de Ponte Nova, é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos. Exerce trabalho meritório e dedicado, que é reconhecido por toda a comunidade ponte-novense.

A entidade preenche todos os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, uma vez que desenvolve atividades há mais de dois anos, tem seus estatutos devidamente registrados, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas que não recebem remuneração pelo exercício dos cargos que ocupam.

Por isso, esperamos a aprovação deste projeto de lei pelos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI N° 2.071/94**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Movimento Familiar Cristão, com sede no Município de Aiuruoca.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Movimento Familiar Cristão, com sede no Município de Aiuruoca.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1994.

Maria Olívia

Justificação: A Associação Comunitária do Movimento Familiar Cristão, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Aiuruoca, tem por finalidade promover a união das famílias e o desenvolvimento da comunidade por meio de obras sociais. Promove atividades assistenciais, direta ou indiretamente, criando e mantendo asilos, creches, postos de assistência social, casas ou lares beneficentes. Incentiva atividades desportivas, religiosas e recreativas tudo em prol da comunidade aiuruoquense, especialmente das pessoas carentes.

Encontros de casais, noivos, jovens e adolescentes são atividades desenvolvidas pela entidade, que não discrimina raça, cor nem religião de seus beneficiários.

Pelo espírito comunitário e pelos méritos dessa entidade, peço o aval dos nobres pares ao projeto de lei apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 2.072/94**

Declara de utilidade pública a Congregação de São João Batista, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Congregação de São João Batista, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 7 de junho de 1994.

Antônio Pinheiro

Justificação: A Congregação de São João Batista é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, educativo e cultural, cujo objetivo é a formação integral dos assistidos, aos quais procura atender de forma gratuita, na medida de sua possibilidades.

Há mais de 50 anos a Congregação vem atuando no Brasil, por intermédio das irmãs batistas, proporcionando aos menos afortunados conforto para o corpo, mediante a assistência social; alívio para a alma, por meio da assistência religiosa; força ao caráter, pelo ensino em seus diversos graus; e amparo aos jovens, aos idosos e aos doentes, em todo o território nacional.

Pelo seu relevante trabalho em prol da coletividade, trabalho este realizado desinteressadamente, a Congregação de São João Batista se faz merecedora do reconhecimento de sua utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### **REQUERIMENTOS**

Nº 5.356/94, do Deputado Marcelo Cecé, solicitando seja enviado voto de congratulações à Sra. Sandra Fátima Furlan, Promotora de Justiça no Município de Sete Lagoas, pelos excelentes serviços prestados ao Município.

Nº 5.357/94, do Deputado Marcelo Cecé, solicitando seja enviado voto de congratulações ao Sr. Wellington Sprovieri Campos, Delegado de Polícia no Município de Sete Lagoas, pelos excelentes serviços prestados ao Município.

Nº 5.358/94, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Martins Guimarães, ex-Prefeito do Município de Divinópolis.

Nº 5.359/94, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas ao asfaltamento do trecho de estrada que liga o Distrito de São João da Lagoa ao Município de Lagoa dos Patos. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.360/94, do Deputado Márcio Miranda, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação com vistas ao aproveitamento da caixa d'água localizada em terreno da Escola Estadual Jovelino Rabelo e da área adjacente, no Município de Divinópolis, para aulas de ginástica e recreação dos alunos. (- À Comissão de Educação.)

Nº 5.361/94, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da RURALMINAS com vistas a que sejam enviadas à Assembléia Legislativa

cópias de documentos que menciona. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Deputado Ermano Batista, solicitando seja formulado apelo à Comissão de Assuntos Municipais com vistas ao desarquivamento dos processos de emancipação dos Distritos de Cuparaque e Goiabeira, no Município de Conselheiro Pena, e de Sarzedo, no Município de Ibirité. (- A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o item XII do art. 83 do Regimento Interno.)

#### COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Assuntos Municipais e de Administração Pública e dos Deputados Márcio Miranda (2), Maria Olívia e Wanderley Ávila.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados José Maria Pinto, Roberto Amaral, Marcos Helênio e Gilmar Machado proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

##### 1ª Fase

**O Sr. Presidente** - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª parte da reunião, com a 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

##### Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Fiscalização Financeira - aprovação na 116ª Reunião Ordinária do Requerimento nº 5.250/94, da Comissão de Defesa do Consumidor, e rejeição do Requerimento nº 5.288/94, do Deputado Sebastião Costa; pela Comissão de Assuntos Municipais - aprovação, na 73ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 4.941/93 e 4.945/93, do Deputado Geraldo da Costa Pereira; pela Comissão de Administração Pública - aprovação, na 70ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei nº 1.580/93, do Deputado Milton Salles (Ciente. Publique-se.); pela Deputada Maria Olívia - sua renúncia como membro efetivo da Comissão de Defesa do Consumidor (Ciente. Cópia às Lideranças. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.); pelo Deputado Márcio Miranda (2) - falecimento do Sr. Antônio Martins Guimarães e da Sra. Terezinha Menina de Jesus, em Divinópolis; e pelo Deputado Wanderley Ávila - falecimento da Sra. Gabriela Andrade, nesta Capital (Ciente. Oficie-se.).

##### Requerimentos

**O Sr. Presidente** - Requerimento do Deputado Ermano Batista em que solicita o desarquivamento dos processos de emancipação dos Distritos de Cuparaque e Goiabeira, no Município de Conselheiro Pena; e de Sarzedo, no Município de Ibirité. A Presidência defere o requerimento nos termos do inciso XII do art. 83 do Regimento Interno.

##### Questão de Ordem

**A Deputada Maria Elvira** - Sr. Presidente, Deputado Bené Guedes, companheiras e companheiros aqui presentes, infelizmente podemos constatar que não há "quorum" para continuarmos esta reunião. Antes do encerramento que vou solicitar, quero dizer, Sr. Presidente, que está havendo um problema aqui, em Belo Horizonte, e gostaria que minhas palavras constassem nos anais da Casa. Um dos bairros mais tradicionais e mais bonitos de Belo Horizonte é o Cidade Jardim. Quase todo turista que aqui vinha, antigamente, na falta do que ver, era levado até a Cidade Jardim, um bairro populacional localizado bem no centro da cidade. Um bairro residencial por excelência.

Infelizmente, estamos vendo que a Câmara Municipal tomou uma iniciativa que estamos solicitando que o Sr. Prefeito vete de imediato, porque ameaça áreas residenciais de Belo Horizonte. No artigo de Beatriz Teixeira Sales, publicado dia 27 de maio passado, no "Estado de Minas", temos um estudo sobre essa iniciativa da Câmara, traduzida na Proposição de Lei nº 92, originária do Projeto de Lei nº 325/94, do Presidente da Câmara, Vereador Amílcar Martins. Dispõe a matéria sobre permissão para uso comercial, serviços coletivos e funcionamento de microindústrias no Bairro Cidade Jardim, na zona lindeira à Avenida Raja Gabaglia, lateral sul, e na ZR-5, que engloba parte dos Bairros Santo Antônio, Santo Agostinho, Funcionários, Lourdes e arredores da Praça da Liberdade.

Esse projeto foi aprovado e, praticamente, acaba com a Cidade Jardim, que será totalmente descaracterizada, pois suas casas receberão microindústrias, empresas de serviços coletivos, etc.

Como Deputada que, por uma questão de coerência, sempre defendeu nosso patrimônio histórico, cultural e tudo aquilo que faz a face, o rosto de Belo Horizonte, não poderia deixar de me pronunciar. Embora esteja preocupada com o desenvolvimento de Belo Horizonte e saiba que precisamos de mais áreas comerciais, de mais áreas para indústrias, penso que esse não é o caminho. Não é descaracterizando Belo Horizonte que a solução será encontrada. Isso aconteceu em São Paulo com os Jardins, que hoje estão-se descaracterizando completamente. Estão virando um emaranhado de prédios e

paredes. Enfim, não é nem um bairro efetivamente comercial e nem residencial.

Quero marcar, aqui, a minha posição. Embora tenha um profundo respeito pela Câmara, penso que isso foi decidido de forma açodada e não só os moradores do Mangabeiras e da Cidade Jardim estão protestando, mas todos aqueles que entendem um pouco sobre o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico de Belo Horizonte, que é uma cidade nova e, por isso, ainda tem muito pouca história. Se derrubarmos aquelas casas que estão lá há 60, 70, 80 anos, vai sobrar muito pouco de Belo Horizonte.

Deixo aqui essas considerações, Sr. Presidente, e gostaria também de, dentro da mesma linha de defesa de Belo Horizonte, lamentar as pichações que já estão ocorrendo nos muros da nossa cidade e, naturalmente, essa indireta ou direta vai para quem a carapuça servir. A todos os partidos que estiverem pichando os muros de Belo Horizonte, quero dizer que vou me bater durante esses quatro meses de campanha. Penso que isso é lamentável e que está na hora de se mudar essa mentalidade atrasada. Está na hora de pararem de sujar a cidade pregando cartazes em postes, pichando muros, monumentos, viadutos, prédios de mármore, etc... Quer dizer: a coisa realmente vira uma confusão e não temos como segurar. Temos que criar uma postura cultural nos candidatos aos cargos eletivos e nos seus cabos eleitorais, para que não sujem, não poluam e não pichem a cidade.

Ainda hoje, eu passava pelo viaduto Castelo Branco e, lá, o pessoal do PT já pichou os dois lados do elevado com siglas e frases. Está na hora de acabarmos com isso. A mensagem tem que ir na base, ou, então, usar os espaços comerciais, mas não sujar a cidade dessa forma. Penso que é lamentável esse comportamento e aproveito a oportunidade para colocar minha posição, que é a mesma desde que comecei minha carreira política. Já aconteceu de pessoas ligadas a mim terem pichado muros por aí, fora de Belo Horizonte. Quando eu soube, porém, tive a preocupação de apagar as pichações cobrindo os muros. Acho que essa deve ser a preocupação de todos os candidatos dos diversos partidos desta Casa.

Gostaria de retomar esse tema, pelo qual me tenho batido desde minha primeira eleição. Cada vez que se aproximam as eleições, sejam locais, estaduais ou federais, o assunto deve vir novamente à baila, já que as senhoras e os senhores candidatos demonstram despreparo. Utilizam muros e até o patrimônio histórico, o que é mais grave, para divulgar seus nomes. Lamento essa atitude e gostaria de sugerir aos partidos que tomem uma posição.

Inclusive, vamos receber na semana que vem o Presidente do TRE e Juízes eleitorais para falar na Comissão de Meio Ambiente sobre esse assunto. O Deputado Ivo José, do PT, participa da Comissão comigo. Espero que todos os Deputados possam comparecer.

Sr. Presidente, solicito o encerramento da reunião, por falta de "quorum".

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - A Presidência, verificando, de plano, a inexistência de "quorum", encerra a reunião e convoca os Deputados para a reunião ordinária de debates de amanhã, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

---

### **ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 31 DE MAIO DE 1994, DESTINADA À ABERTURA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO INTERESTADUAL PARLAMENTAR DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CIPE - SÃO FRANCISCO**

Presidência dos Deputados José Ferraz e Maria Olívia

**SUMÁRIO: ABERTURA** - Ata - Suspensão e reabertura da reunião - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Pedro Alcântara - Palavras do Sr. Airson Bezerra Lócio - Palavras do Sr. Jäder Pinto de Campos Figueiredo - Palavras do Sr. José Cláudio Junqueira - Palavras do Sr. Ney Mello - Palavras do Sr. Gabriel Campana Filho - Palavras do Sr. Jorge Antônio Lima - Palavras do Sr. Cláudio Scliar - Palavras do Sr. José Mendo Mizael - Palavras do Sr. David Márcio Santos Rodrigues - Registro de presença - Palavras da Sra. Maria Dalce Ricas - Esclarecimentos sobre os Debates - Palavras do Sr. José Theodomiro de Araújo - Debates - **ENCERRAMENTO.**

#### **ABERTURA**

- Às 8h41min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Elmiro Nascimento - Rêmoló Aloise - Elmo Braz - Roberto Carvalho - Bené Guedes - Sebastião Helvécio - Agostinho Patrus - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Ambrósio Pinto - Antônio Carlos Pereira - Antônio Fuzatto - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Bonifácio Mourão - Célio de Oliveira - Clêuber Carneiro - Cóssimo Freitas - Dílzon Melo - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Ivo José - João Batista - João Marques - Jorge Hannas - José Braga - José Leandro -

José Maria Pinto - José Renato - Kemil Kumaira - Marcelo Cecé - Márcio Miranda - Marcos Helênio - Maria Elvira - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Milton Salles - Roberto Amaral - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

**A Sra. Presidente (Deputada Maria Olívia)** - Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- **O Deputado Roberto Amaral**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Suspensão da Reunião

**A Sra. Presidente** - A reunião está suspensa enquanto se aguardam os convidados para a reunião especial destinada à abertura da 6ª Reunião da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CIPE - São Francisco. Reabertura da Reunião

**O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz)** - Estão reabertos nossos trabalhos.

#### Composição da Mesa

**O Sr. Presidente** - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Dr. Rubélio Queiroz, DD. Secretário de Recursos Minerais em exercício e representante do Governador do Estado, Dr. Hélio Garcia; o Exmo. Sr. Dr. Airson Bezerra Lócio, DD. Presidente da CODEVASF e coordenador dos debates; a Exma. Sra. Dra. Maria Dalce Ricas, Presidente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente; o Exmo. Sr. Dr. José Theodomiro de Araújo, Presidente do CEEIVASF; o Exmo. Sr. Dr. José Mendo Mizael, Secretário Executivo do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM -; o Exmo. Sr. Deputado Pedro Alcântara, 4º-Secretário da CIPE - São Francisco; o Prof. Cláudio Scliar, representante do Instituto de Geociências da UFMG; o Exmo. Sr. David Márcio Santos Rodrigues, representante do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, o Exmo. Sr. Deputado Geraldo Coelho, representante do Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco; o Exmo. Sr. Deputado Pedro Braga, 4º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Tocantins; o Exmo. Sr. Deputado Francisco Quintães, representante do Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba; os Exmos. Srs. Dr. Jäder Pinto de Campos Figueiredo, representante do IBAMA de Minas Gerais; Dr. José Cláudio Junqueira, representante da FEAM, de Minas Gerais; Dr. Ney Mello, representante do CRA, da Bahia; Gabriel Campana Filho, representante do IMA, de Alagoas; Dr. Jorge Antônio Lima, representante da ADEMA, de Sergipe.

#### Destinação da Reunião

**O Sr. Presidente** - Destina-se esta reunião à abertura da 6ª Reunião da Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CIPE - São Francisco -, na qual será debatido o projeto Parlamento das Águas e a criação da UNIVALE.

#### Execução do Hino Nacional

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência tem o prazer de convidar os senhores presentes a ouvir, de pé, o Hino Nacional.

Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

**O Sr. Presidente** - Exmo. Sr. Dr. Rubélio Queiroz, DD. Secretário de Recursos Minerais em exercício e representante, nesta oportunidade, de S. Exa. o Sr. Governador Hélio Garcia; Exmos. Srs. Deputado Pedro Alcântara, 4º-Secretário da CIPE - São Francisco; Deputado Pedro Braga, 4º-Secretário da Assembléia Legislativa do Tocantins; Deputado Francisco Quintães, representante do Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba; Deputado Geraldo Coelho, representante do Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco e Dr. Airson Bezerra Lócio, DD. Presidente da CODEVASF e coordenador de nossos debates; querido companheiro José Theodomiro de Araújo, baluarte de todo este trabalho que temos o prazer de, nesta solenidade, encerrar; Exmo. Sr. José Mendo Mizael, Secretário Executivo do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM -; Prof. Cláudio Scliar, representante do Instituto de Geociências da UFMG; Dr. David Márcio Santos Rodrigues, representante do Instituto Estadual de Florestas - IEF -; Exmos. Srs. Dr. Jäder Pinto de Campos Figueiredo, representante do IBAMA de Minas Gerais; Dr. José Cláudio Junqueira, representante da FEAM, de Minas Gerais; Dr. Ney Mello, representante do CRA, da Bahia, Gabriel Campana Filho, representante do IMA, de Alagoas; Dr. Jorge Antônio Lima, representante da ADEMA, de Sergipe; Srs. Deputados, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, é com enorme satisfação que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais recebe hoje os participantes da CIPE - São Francisco e a comunidade interessada na questão das águas e da preservação ambiental. A Comissão chega a sua sexta reunião, depois de uma longa jornada iniciada em maio de 1992. Na oportunidade, os Presidentes das Assembléias da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe e de Minas anteciparam-se às recomendações da Conferência Mundial do Meio Ambiente e deram os primeiros passos rumo à criação de um instrumento que, inspirado nos princípios do desenvolvimento

sustentável, assegurasse a composição do conflito de interesses no uso múltiplo das águas e dos demais recursos naturais da bacia do "Velho Chico".

No presente, a CIPE tem já uma história de lutas e conquistas. Os ideais que a inspiraram ganharam consistência no embate com uma realidade dura, nua e crua. A Comissão amadureceu na constatação das condições de vida das populações ribeirinhas e no levantamento da situação concreta das margens do Rio da Integração Nacional.

As grandes mudanças no curso da história são feitas de ações pontuais cujo sentido nem sempre desvendamos por completo. Assim é no caso da CIPE - São Francisco. Hoje, no mundo inteiro, fala-se de crise do parlamento e da busca de um novo modelo de prática parlamentar. Pois esse modelo surgirá, certamente, da atitude daqueles que tiverem coragem suficiente para ousar o novo. Numa iniciativa inédita na história nacional, Assembléias Legislativas unem-se em torno de problemas comuns e buscam juntas soluções que superem conflitos regionais de interesses, estabelecendo princípios de ação e passando a atuar de forma efetiva para mudar uma realidade tida por muitos como irreversível. Isso tem sido a CIPE - São Francisco. No seu cotidiano, a Comissão desenha um novo universo de atuação para os parlamentos estaduais e projeta um modelo de prática federalista até então nunca visto no País. Recife, Maceió, Petrolina, Juazeiro, Aracaju e Belo Horizonte, eis uma jornada que não foi em vão. Dela surge uma nova consciência ambientalista que promete intervir concretamente na realidade, na medida em que tal consciência é associada a uma firme vontade política de mudar.

Contribuição efetiva ao Projeto de Lei nº 2.249, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, e participação na elaboração do Plano de Ação Governamental no Nordeste, eis alguns dos muitos resultados de nossos esforços. Tais vitórias complementam-se com um grande número de ações emergenciais, que solucionaram problemas localizados e lograram êxito ao fazer prevalecer a filosofia do desenvolvimento sustentável no tratamento de múltiplas questões.

Recentemente, a mobilização da CIPE levou o Governo Federal a repensar a decisão de captar as águas do rio São Francisco para outras bacias hidrográficas do Nordeste. Mais uma vez mostrou-se a força da Comissão, que, agindo coesa, logrou êxito ao influenciar decisões federais e fazer prevalecerem a preocupação ambiental e os imperativos do desenvolvimento sustentável.

Podemos, numa avaliação serena e realista, concluir que a iniciativa originada em 1992 cresceu, consolidou-se e pode, no presente, ser mostrada como exemplo de um bem-sucedido esforço para o gerenciamento racional dos recursos hídricos. É, aliás, chegou o tempo de ousarmos projetos mais arrojados, que possam contemplar a questão em âmbito nacional. Uma ação do porte da que empreendemos não pode fechar-se sobre si mesma, sob pena de trair os ideais universalistas que devem inspirá-la.

Para a CIPE - São Francisco, põem-se, a cada dia, novos e exigentes desafios. É do enfrentamento desses desafios que tiraremos a força necessária para fazê-la, cada vez mais, agente de transformação da realidade e de consolidação da vontade política de salvar o grande rio.

Que, no prosseguimento de nossa missão e na ousadia de novos e mais amplos projetos, nos inspire o Santo de Assis, este extraordinário precursor e apóstolo da consciência ecológica no mundo.

**O Sr. Presidente** - A Presidência vai passar a palavra ao ilustre Deputado Pedro Alcântara, membro da CIPE-São Francisco e representante do Estado da Bahia.

Palavras do Deputado Pedro Alcântara

**O Deputado Pedro Alcântara** - Exmo. Sr. Presidente da CIPE-São Francisco e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, companheiro Deputado José Ferraz, demais membros que compõem a Mesa desta 6ª reunião da CIPE, intitulada Parlamento das Águas, senhores representantes de órgãos federais estaduais e municipais, colegas Deputados estaduais e federais, que porventura aqui estejam, minhas senhoras, meus senhores, imprensa aqui presente, sou o Deputado Pedro Alcântara, representando, neste momento, o Estado da Bahia. Somos da cidade de Juazeiro, que fica às margens do rio São Francisco (do outro lado fica nossa querida Petrolina, em Pernambuco).

Aqui estamos, mais uma vez, em uma das reuniões desta importante Comissão, que vem evoluindo, de acordo com sua proposta de trabalho, nas ações em defesa da bacia do São Francisco. Começamos com o movimento SOS São Francisco, evoluímos para uma comissão especial, em nossa Assembléia, chegamos a esta CIPE e, agora, iremos criar o Parlamento das Águas, constituído não só por Deputados, mas por outras lideranças políticas, como os Prefeitos e todos aqueles que queiram integrar esse processo de luta. Não considero que esse movimento de preservação do nosso querido rio São Francisco seja apenas mais um movimento ecológico. O rio São Francisco é a sustentação da economia do Nordeste. É a grande artéria que irriga toda nossa economia; sem o São Francisco, seríamos um grande deserto. Agora, os ministros do Norte e, principalmente, do Nordeste, na pessoa do Ministro Aluísio Alves, encampam um projeto que deverá ser discutido, no mínimo, por dois ou três anos, para que



possamos chegar a uma conclusão definitiva sobre ser esse projeto importante ou não para o País e para o Nordeste.

A posição da Bahia a respeito da transposição das águas do São Francisco é firme. Nosso Estado, através de seu Governador, (a exemplo do que fizemos, recentemente, em Pernambuco, no Conselho Deliberativo da SUDENE), condena o projeto. Condenamos inúmeros aspectos desse projeto. Em primeiro lugar, acho que é o assassinato do rio São Francisco, que, hoje, tem 2.700km de extensão, mais ou menos, 640.000km de bacia e vazão média de 2.800km<sup>3</sup> de água por segundo. A CHESF compromete em torno de 2.100m<sup>3</sup> por segundo na geração de energia elétrica. Sobram 700m<sup>3</sup> por segundo de água, que são utilizados no processo de irrigação. Temos, hoje, 250.000ha irrigados e, às margens do São Francisco, temos terras férteis, solos próprios para a irrigação, objeto de projetos do Governo Federal, de projetos da iniciativa privada.

Temos capacidade de irrigar aproximadamente 2.200.000ha nas margens do São Francisco. Se formos a 60km, chegaremos a 10.000.000ha irrigados. Hoje, temos 250.000ha. Com a vazão do São Francisco, temos capacidade de irrigar apenas 640.000ha a mais, chegando em torno de 1.000.000ha. Entretanto, o Governo quer levar água para irrigar 263.000ha nos Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Entendemos que a irrigação para esses Estados é importante, só que não temos capacidade para tanto. É necessário que se faça outro projeto, que é a transposição das águas do Tocantins para o rio São Francisco. Aí, sim, independente de termos água suficiente para irrigar outros Estados, teremos, também, uma hidrovia natural no centro do País em condições de tráfego, geração de milhões de empregos e irrigação de milhões de hectares. Teremos, pois, um projeto sério, compatível com as condições de nosso País.

É claro que o nosso País atravessa um momento de sérias dificuldades, mas esse é um projeto que tem condições de ser efetuado e não iria prejudicar o rio São Francisco. E mais, um hectare hoje irrigado no rio São Francisco, já implantado e produzindo, está em torno de US\$10.000, e o agricultor está em dificuldades.

Os projetos da CODEVASF ainda precisam da assistência paternalista de outros órgãos para poder sobreviver. Só para a transposição das águas do rio São Francisco, o projeto demanda, hoje, mais de US\$2.000.000,00. Economicamente, esse projeto é inviável, independente das questões ecológicas, do impacto que vai ocorrer, porque não há um só estudo sobre isso. Fala-se que o projeto vai custar algo em torno de US\$40.000.000,00 e vai beneficiar uma empresa, que é a Andrade Gutierrez. Querem fazer um projeto, em nível nacional, de interesse das empreiteiras.

Acreditamos que o Presidente da República, com sua sensibilidade, atendendo aos interesses de vários Estados, principalmente os de Minas e Bahia, que se posicionaram contrariamente ao projeto, em reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, vai estudar melhor o projeto. Até mesmo o Estado de Pernambuco, que será beneficiado com o projeto, deseja discuti-lo melhor. Essa foi a posição adotada no Conselho Deliberativo em reunião do dia 13 de maio.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e aqueles que nos assistem, esse projeto tem que ser debatido, principalmente por Minas e pela Bahia, porque temos 70% da bacia do São Francisco e fomos totalmente excluídos da discussão. Agora, através das reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE é que estamos provocando a discussão desse projeto. Portanto, no mínimo, ele é inoportuno, é inviável economicamente e, socialmente, é questionável. Por isso é que esta é a posição da Bahia: contrária ao projeto. Ao longo das grandes discussões, defendemos o rio São Francisco. É aí que atuam a CHESF, a CODEVASF, e mais de 52 órgãos atuam no São Francisco com ação predatória. A CODEVASF se preocupa com a produção de água para irrigação, a CHESF, com a produção de energia elétrica. O pescador faz pesca predatória e o IBAMA não atua nessa questão. Os agrotóxicos estão aí. Os nossos rios afluentes, principalmente em Minas Gerais, estão com a sua vazão comprometida. Independente disso, não podemos admitir que projetos importantes, que estão em andamento em Minas Gerais, bem como os que estão sendo implantados na Bahia, careçam de elo nacional. Temos a contrapartida internacional e não temos moeda nacional. E, agora, vamos aplicar mais de US\$2.000.000.000,00 num projeto que é, no mínimo, inoportuno. Essa é a posição da Bahia.

Com esses argumentos, entendemos que esse projeto tem de voltar à gaveta, tem de voltar à discussão entre todos os Estados, beneficiários e beneficiados, para que possamos realmente ter um projeto sério. Se ele for avante, se for implantado, chegaremos novamente à conclusão de que este não é um País sério. É um País que faz grandes projetos simplesmente para beneficiar as empreiteiras. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e todos que me ouviram. Essa é a posição da Bahia.

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência tem o prazer, neste instante, de passar a palavra ao Exmo. Sr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do São Francisco, que atuará como coordenador de nossos trabalhos. Com a palavra, o nosso ilustre convidado.

Palavras do Sr. Airson Bezerra Lócio

**O Sr. Airson Bezerra Lúcio** - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Presidente da CIPE - São Francisco, senhores representantes dos Estados que formam a bacia do São Francisco, Srs. Deputados, senhores componentes da Mesa, senhores participantes, senhores conferencistas, minhas senhoras, meus senhores, a CODEVASF se penitencia por, a partir da Comissão do Vale, quando, destinada a fazer o desenvolvimento do Vale do São Francisco, no afã desse desenvolvimento e em consequência de, à época, não haver uma consciência ambiental, nessa preocupação com o social e o econômico, realmente, haver deixado de promover o principal, que era cuidar da calha do rio São Francisco, criando as condições para o futuro de sua navegação, de sua geração de energia e, naturalmente, da produção de alimentos, através da irrigação. Hoje, temos contratado, através da FAO, um estudo completo da bacia e da calha do São Francisco, visto que há uma infinidade de opiniões divergentes, e precisávamos de um estudo mais científico do que vinha ocorrendo com o São Francisco.

Temos também um projeto já encaminhado e que hoje se encontra em tópico, referente à defesa ambiental da caatinga do setor semi-árido. Há grande diversificação no Nordeste, principalmente no semi-árido, a partir da falta de uma política agrícola própria, o que acarreta uma destruição total da caatinga para a produção de alimentos, sobretudo quanto à cultura de subsistência. Não há condição de produtividade com a manutenção da miséria, no que se refere ao homem, e com a destruição do principal elemento do semi-árido, que é sua vegetação, sua caatinga. Para que se tenha uma idéia, hoje, no semi-árido, 52% da energia das redes vêm da madeira ali extraída e que está sendo totalmente destruída para possibilitar a manutenção do pequeno produtor, com a cultura de subsistência. Todos os anos, cada vez com maior frequência, há uma emergência para aquelas populações porque não conseguem produzir em solo semi-árido tal cultura, que é destinada a áreas próprias, como o Paraná, São Paulo e algumas regiões de Minas. Para se ter uma idéia, o Paraná produz 8 mil t, e nesse solo semi-árido a produção não chega a 600 kg por hectare, quando há chuva regular. Este ano, por exemplo, após o período de seca, houve uma boa precipitação e uma pequena produção de feijão e milho, mas o feijão não tem preço. Na semana passada, o saco de feijão custava CR\$12.000,00, o equivalente a um hambúrguer e a uma coca-cola, em qualquer lanchonete.

Nesse projeto, esperamos cuidar da parte ambiental da caatinga. Quanto ao rio São Francisco, temos um grande problema a enfrentar, que é o relativo à conservação e ao uso múltiplo da água. A CODEVALE vem, com muito sacrifício, tirando aquele paternalismo inicial no que se refere à irrigação, procurando ter uma maior tecnologia tanto no que respeita ao uso dessa água quanto à preservação do solo. Hoje, alguns organismos têm contestado os financiamentos dos projetos da CODEVALE, porque estão encontrando novos projetos e achando que são o dobro do preço dos anteriores. Entretanto, a CODEVALE vem fazendo questão de que esses projetos tenham o máximo de drenagem, o máximo de cuidado em termos de meio ambiente e, com certeza, vão dobrar de preço, mas será um preço muito mais barato do que o que se pratica hoje em recuperação de solo.

Por outro lado, esses perímetros irrigados devem destinar-se não apenas a manter o homem no campo. Pelo custo e pelo investimento público e de recursos do povo, esses perímetros irrigados devem ser de alta produtividade para que haja pólos de desenvolvimento que venham a gerar emprego e renda. Esse trabalho vem sendo feito com dificuldade, porque a própria Lei de Irrigação é totalmente paternalista nesse sentido; mas estamos invertendo a situação para ter condições de preservação, produção e desenvolvimento. E temos verificado que o maior impacto nos perímetros de irrigação é o social. Cada vez que se tem um perímetro irrigado, começa a desenvolver-se esse pólo; tem-se uma afluência muito grande de pobres dos Estados de Pernambuco, Piauí, Paraíba e Ceará, criando um grande impacto social no que se refere a habitação, educação e saúde.

Portanto, esse é um trabalho que a CODEVALE vem fazendo. Existe uma grande preocupação com a produção de alimento, mas também com a preservação do ambiente.

Como coordenador, gostaria de terminar meu pronunciamento e passar ao primeiro debatedor, Sr. Jäder Pinto de Campos Figueiredo, representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA-MG.

Palavras do Sr. Jäder Pinto de Campos Figueiredo

**O Sr. Jäder Pinto de Campos Figueiredo** - Caro Presidente da Assembléia Legislativa, Deputados, membros da Mesa, meus senhores e minhas senhoras, é com grande prazer que o IBAMA, pela primeira vez, participa desta CIPE. Gostaria de agradecer esta oportunidade de mostrar algumas preocupações do IBAMA e alguns trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na bacia do São Francisco. Primeiramente, gostaria de citar o nosso investimento no Parque Nacional da Serra da Canastra, onde é a nascente do rio São Francisco. Aí, neste ano, estamos investindo num plano de ação emergencial. Isso foi amplamente discutido com toda a comunidade, com o poder público, em todos os níveis, e chegou-se à conclusão de que há necessidade de se fazer uma reforma total

na área do Parque Nacional da Serra da Canastra, visando principalmente à proteção da nascente do rio São Francisco. Já iniciamos a implantação desse projeto. Temos recursos garantidos da ordem de US\$1.500.000,00. Acreditamos que, num curto espaço de tempo, esse projeto deverá ser concluído.

Outro programa lançado pelo IBAMA foi o de diagnóstico ambiental de algumas das principais bacias do País. Entre elas, não poderíamos deixar de lado a bacia do São Francisco. Hoje, estamos em contato com todas as Prefeituras, entidades governamentais e não governamentais, no intuito de mostrar alguns dados, repassar alguns trabalhos, para que realmente façamos uma reunião de todas as informações. Vamos mostrar um grande projeto. Para isso, pensamos em conseguir recursos externos. Hoje, em todas as bacias, o problema do esgoto sanitário é muito grave. Penso que toda a comunidade tem que ter co-responsabilidade e estudar soluções para esses problemas.

Sabemos hoje que os grandes problemas da bacia do São Francisco são a piscicultura e a avicultura. Não sabemos de que forma foi lançado o tucunaré nessa bacia. Em Três Marias, ele está tomando conta da barragem. Estivemos em campo, observando, e vimos que o tucunaré já se encontra em Januária, em lagoas marginais. Sabemos que é um peixe exótico. Entrando em lagoas marginais, onde se localizam os nossos criatórios naturais, ele vai dizimar as outras espécies.

Estamos realizando, nos dias 9 e 10 do mês que vem, uma reunião com todos os técnicos em piscicultura para descobrir como solucionar esse problema, que consideramos um dos mais sérios da bacia do São Francisco. Estamos fazendo, então, esse encontro, para traçar algumas diretrizes.

Outra grande coisa que estamos fazendo é a recuperação de matas ciliares. Hoje, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, através do IBAMA, mantém dois convênios, um, com a Prefeitura de Lagoa da Prata e o outro, com a de Três Marias, visando ambos à recuperação dessas matas. Já em contato com a FEMIG, estamos preparando um grande convênio, visando beneficiar todas as Prefeituras no que se refere à produção de mudas nativas, principalmente espécies de cerrado. Assim, poderemos fazer um grande programa de recuperação de mata ciliar, envolvendo outros órgãos, como o IEF, a EMATER e outros.

Em termos de IBAMA, gostaríamos de focar os quatro pontos básicos sobre os quais falamos. Essa discussão é muito oportuna, e esperamos receber bastantes sugestões. Entendemos que somente através de parcerias alcançaremos resultados positivos. Muito obrigado.

**O Sr. Coordenador (Aírson Bezerra Lócio)** - Passamos a palavra ao Sr. José Cláudio Junqueira, representante da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM-MG-, que disporá de 10 minutos para a sua exposição.

Palavras do Sr. José Cláudio Junqueira

**O Sr. José Cláudio Junqueira** - Senhores componentes da Mesa e demais presentes, falarei sobre os trabalhos da FEAM-MG na bacia do São Francisco, oportunidade em que apresentarei algumas transparências.

Não sei se é do conhecimento de todos os senhores - e temos, entre nós, representantes de outros Estados - que Minas Gerais possui um modelo de órgão ambiental muito interessante, de vanguarda no País, no qual se inspirou o modelo federal. O órgão ambiental do nosso Estado é o Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM -, constituído por 25 Conselheiros, representantes de diversos órgãos e entidades: do Governo Estadual - representado por alguns Secretários de Estado -, da sociedade civil, mediante a participação de diversos segmentos, de universidades, de entidades ambientalistas, de associações de classe, de sindicatos e de alguns representantes do Governo Federal, como no caso da mineração, o Departamento Nacional de Produção Mineral, do próprio IBAMA.

Esse Conselho, por meio de suas Câmaras Especializadas, que atuam com muito dinamismo, é que detém todo o poder deliberativo e decisório no Estado de Minas Gerais. A FEAM-MG é apenas a secretaria executiva do Conselho, sem qualquer poder decisório, ou seja, os principais instrumentos de controle de que dispomos - o licenciamento ambiental e a aplicação de penalidades - são praticados pelas Câmaras Especializadas do COPAM. A FEAM-MG tão somente realiza as vistorias, os autos de contrafação, de infração ou de fiscalização. Volto a insistir que, em última análise, são as Câmaras Especializadas e os Conselheiros que aplicam as penalidades e concedem os licenciamentos. Neste plenário, estão presentes vários Conselheiros, que representam diversos segmentos.

No caso da bacia do São Francisco, ressaltamos, primeiramente, a sua extensão, pois é maior do que países como a França e talvez tenha a proporção da Península Ibérica, juntando-se Portugal e a Espanha, possuindo mais de 600.000km<sup>2</sup>, e um rio com mais de 3.000km de extensão. Este é chamado rio da unidade nacional, pela quantidade de Estados que drena, tendo sua nascente em Minas Gerais, como muitos outros rios. Tal fato levou o nosso Estado a tornar-se conhecido como caixa d'água do Brasil, porque, ressaltando o rio Amazonas, os outros grandes rios de importância têm suas nascentes

em nosso Estado. Para os integrantes dos órgãos ambientais, esse é um motivo de acentuada preocupação, porque é de fundamental importância termos um trabalho de controle da qualidade das águas e das nascentes de todos os rios - do Paraíba do Sul, do Paraná, do Doce, etc.

No caso do rio São Francisco, o trabalho que temos a apresentar é o realizado com dois dos seus principais afluentes: o rio das Velhas e o rio Paraopeba. Neles se tem feito um trabalho de controle mais sistemático. Para que tenhamos um trabalho mais planejado, retomamos, há um ano, o monitoramento da qualidade das águas nos rios das Velhas e Paraopeba. É basicamente sobre esses trabalhos que vou falar para os senhores.

No Estado de Minas Gerais, nesses dois rios, rio das Velhas e rio Paraopeba, durante aproximadamente dez anos, foi feito o acompanhamento da qualidade das águas por meio da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. Mas isso foi interrompido em 1988 ou em 1989, se não me engano, e mais recentemente, no atual Governo, começamos a rediscutir um novo planejamento para o monitoramento nos rios das Velhas e Paraopeba, que sempre foram considerados prioridades no Estado de Minas Gerais.

A partir da revisão do monitoramento, esses trabalhos foram terceirizados - também é um modelo inédito no País - porque o órgão ambiental, no caso a FEAM-MG, não tem laboratórios, e trabalhamos com laboratórios da rede oficial do Estado e também com laboratórios particulares.

Nesse caso, fizemos uma concorrência pública, e os laboratórios já estão trabalhando há um ano com o monitoramento dos rios das Velhas e Paraopeba, apenas nos entregando o boletim. Temos dentro da FEAM-MG uma equipe que faz todo o tratamento desses dados e dos relatórios de monitoramento. Estou trazendo, em primeira mão, os relatórios anuais sobre como está a qualidade das águas dos rios das Velhas e Paraopeba, que nos estão sendo entregues agora, e que serão divulgados na imprensa a partir da semana que vem.

O rio das Velhas - está muito claro na transparência - é um rio importante na bacia do São Francisco. Tem cerca de 700km de extensão, com uma bacia de quase 30.000km<sup>2</sup>, e o Paraopeba é um rio um pouco menor, com 500km de extensão e cerca de 3.000km<sup>2</sup>. É importante observar que o rio das Velhas chega à foz do rio São Francisco com uma vazão média de 275m<sup>3</sup>/s, e que o Paraopeba chega à Barragem de Três Marias com 193m<sup>3</sup>/s de vazão média. Somando esses dois caudais de água, eles representam 60% da vazão do rio São Francisco em Pirapora. Então a contribuição desses dois afluentes é bastante significativa em termos de São Francisco.

O rio das Velhas nasce na região de Ouro Preto e, no seu trecho inicial, Ouro Preto-Itabirito, tem um índice de qualidade de água considerado médio e, às vezes, na época de seca, considerado bom.

Trabalhamos aqui com o IQA, um índice de que os senhores certamente já ouviram falar, e que é uma metodologia de cálculo de índices de qualidade de água. Então, a água pode ser considerada boa, média, ruim e muito ruim. Essa metodologia é também muito utilizada nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Não sei se algum Estado do Nordeste da bacia do São Francisco trabalha também com esse índice.

O IQA originou-se nos Estados Unidos e considera alguns padrões de qualidade de água, como o oxigênio dissolvido, o DBO, os sólidos, o PH, a turbidez, etc. A partir de um balanceamento dos índices encontrados, calcula-se um número, e dependendo da faixa em que esse número se encontra, considera-se a água média, ruim, boa, etc.

Juntamente com isso, temos o IT - índice de toxicidade. Se as águas apresentam metal pesado ou algum composto tóxico, como fenol e cianeto, ganham índice zero. Multiplica-se esse índice pelo IQA, que pode ser zero, e nesse caso a água é considerada muito ruim. É mais ou menos essa a metodologia, para os senhores terem uma referência do que significa a classificação da água como boa, ruim, excelente, etc.

Na bacia do rio das Velhas, em nenhum trecho a água é excelente. Vamos encontrar a classificação de muito boa nas cabeceiras. Depois, na altura de Nova Lima, o rio recebe o seu primeiro grande impacto, que é o ribeirão Água Suja, que drena o esgoto da cidade de Nova Lima e de algumas mineradoras e indústrias que existem ali. Nessa contribuição, há um fato que nos chama muito a atenção. É a questão do arsênio.

O arsênio, no ribeirão Água Suja, tem valores muito elevados e, no rio das Velhas, logo a jusante do ribeirão, chega a atingir uma concentração 14 vezes superior ao índice permitido. Esse despejo de arsênio no rio das Velhas, às vezes chega a ser tão forte que, em algumas épocas do ano, como outubro e novembro do ano passado, até na foz da barra do Guaicuí, conseguimos detectar 40% de arsênio. O volume de arsênio no ribeirão Água Suja, em alguns meses, chegou a ser muito forte, e conseguimos detectar, na foz do São Francisco, uma concentração 40% superior ao índice normal.

Depois do ribeirão Água Suja, com o problema do arsênio, vamos ter a jusante o ribeirão Sabará, que drena o esgoto dessa cidade e contribui de maneira importante para o rio das Velhas. Nas campanhas de 1993, observamos aportes significativos de metais pesados, como zinco, cobre, chumbo, mercúrio, além de outros compostos

tóxicos, como cianeto e fenóis. Mas é interessante observar que, nas últimas campanhas, a partir de janeiro de 1994, houve sensível redução desses compostos, certamente em função do controle de algumas fontes importantes do setor siderúrgico daquela região. Hoje, o rio Sabará apresenta um índice de média qualidade. O rio das Velhas, continuando seu percurso, vai receber grande impacto depois da região de Belo Horizonte. É importante ressaltar que o maior aglomerado urbano que existe na bacia do São Francisco é o de Belo Horizonte, com cerca de 4 milhões de pessoas. Nessa região, o rio das Velhas recebe três afluentes em sua margem esquerda, que trazem um impacto muito grande: o ribeirão Arrudas, que drena os esgotos de Belo Horizonte e Contagem; o ribeirão Pampulha, que também drena os esgotos de Belo Horizonte e Contagem, e o ribeirão da Mata, que drena os esgotos de Vespasiano e Pedro Leopoldo. Os ribeirões Arrudas e do Onça, além de drenarem o esgoto de uma área de concentração muito grande da população, trazendo para o rio das Velhas toneladas de carga orgânica de DDO por dia, trazem também muita poluição dos despejos industriais. Há enorme despejo de metais, como zinco, cobre, além de compostos de cianeto e fenóis. Isso está muito ligado à vocação da região, ou seja, principalmente o setor metalúrgico. É impressionante a contribuição das pequenas e médias galvanoplastias nos despejos do Arrudas e do Onça. No rio das Velhas, o ponto mais crítico está logo a jusante do ribeirão Arrudas e do ribeirão do Onça, após receber descarga de toda essa região, que é considerada a mais desenvolvida do vale São Francisco.

Em relação à questão dos esgotos domésticos e dos despejos, o Governo do Estado lançou o Programa de Saneamento da Bacia do Arrudas e do Onça - PROSAM -, programa que prevê todo o controle, não só da parte sanitária, com a instalação de redes e interceptores de estações de tratamento de esgoto nas bacias do Arrudas e do Onça, mas também de todo um projeto de controle de poluição industrial. Tanto é assim que se prevê, com a implantação do projeto que hoje se inicia, que em torno de quatro anos esse grande problema já estará equacionado. É interessante observar também que, na região de Jaboticatubas e Felixlândia, aparece uma recuperação natural do rio das Velhas. A dinâmica do rio vai por si só promovendo sua recuperação, seja oxidando toda matéria orgânica ou decantando grande parte de seus compostos tóxicos, principalmente metais. É a partir dessa região que verificamos um índice de qualidade considerado médio no rio das Velhas. Na desembocadura do rio São Francisco é importante que se discuta qual é o aporte que o rio das Velhas leva a esse rio.

Quando pegamos o último ponto do rio das Velhas, na Barra do Guaicuí, na foz do São Francisco, verificamos que o rio das Velhas apresenta um índice de qualidade bom, na época das secas, e um índice de qualidade médio, na época das chuvas. Este coeficiente está comprometido com altas concentrações de sólidos de suspensão e coliformes fecais.

Nessa extensão de 700km, apesar da dinâmica do rio, ele não consegue resolver esses dois problemas. O grande problema do rio das Velhas em relação ao São Francisco é a falta de tratamento sanitário na sua bacia, que é bastante ocupada. Esses problemas são agravados pela mineração e pela falta de manutenção de vegetação nas margens de sua bacia. Observamos também, no final do ano passado, um excesso de arsênico, que se situava acima do valor de 40%.

Sobre a bacia do Paraopeba, temos feito um trabalho e verificamos que sua qualidade é boa. Tem como afluente o rio Maranhão, formado pelos córregos Ventura e Bananeiras, que drenam todo o esgoto de Conselheiro Lafaiete, de Congonhas e de algumas mineradoras e indústrias dessa bacia. O rio Maranhão tem um índice de qualidade muito baixo, que acarreta impacto no rio Paraopeba, que, nesse trecho, apresenta problemas de elevada carga orgânica, sólidos de suspensão, coliformes e alto teor de níquel, proveniente da Sociedade Brasileira de Eletrodos.

O rio Betim, outro afluente do Paraopeba, apresenta um índice de qualidade muito ruim, e não é possível haver vida aquática. Está muito comprometido com o lançamento de esgotos sanitários "in natura". No rio das Velhas, mesmo com o impacto do rio Arrudas, há oxigênio dissolvido na ordem de 2,5mg/litro; no rio Betim não encontramos nada, quando muito, 0,5mg/litro.

O rio Betim é também muito comprometido com as atividades industriais, principalmente das metalúrgicas, com alto nível de cianeto. Mas o rio Paraopeba tem um poder de diluição das matérias que recebe do rio Betim.

No Paraopeba, encontramos problemas de sólidos de suspensão, principalmente provenientes da serra da Moeda e da serra do Itatiaiuçu. O que mais chama a atenção no rio Paraopeba é o elevadíssimo teor de concentração de sólidos de suspensão da Barragem da Usina Termoelétrica da CEMIG. Conseguimos detectar, aproximadamente, 100 a 200mg/litro de sólidos de suspensão ao longo do rio Paraopeba.

Quando chega à jusante da barragem termoelétrica da CEMIG, esse índice se eleva para 850 mg/litro no período de chuvas. Portanto, esse é um dado que tem de ser estudado o quanto antes. O rio Paraopeba também despeja alta concentração de sólido de suspensão e coliformes fecais, quando chega em sua foz, em Três Marias.

Esses são dados, detectados pelo Estado, de como os rios das Velhas e Paraopeba

estão trazendo seus impactos ao rio São Francisco. Assim, chegamos à conclusão de que o grande problema ambiental dele fica na bacia. Esperamos que talvez no ano que vem, ou em breve, consigamos estender todo esse trabalho para outros afluentes importantes do rio São Francisco, como o Urucuia e o Paracatu, e para o São Francisco inteiro, até a divisa com o Estado da Bahia. Muito obrigado.

**O Sr. Coordenador** - Agradecemos ao Dr. José Cláudio pela sua exposição.

Com a palavra, o Sr. Ney Mello, representante do Centro de Recursos Ambientais da Bahia.

Palavras do Sr. Ney Mello

**O Sr. Ney Mello** - Bom dia a todos os presentes. O Centro de Recursos Ambientais da Bahia é um órgão ligado à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia e está associado ao Conselho Estadual de Proteção do Meio Ambiente, representando a Secretaria Executiva. Como a FEAM, temos por finalidade licenciar e fiscalizar a liberação do Conselho Estadual - CETRAN.

Bem, dentro da bacia do São Francisco temos uma área total de 632.000km<sup>2</sup>, aproximadamente. Dentro dessa área, temos no Estado da Bahia em torno de 300.000km<sup>2</sup>, ou seja, um percentual de 62,5% da bacia. Há de se convir que dentro dessa bacia o Centro de Recursos Ambientais encontra dificuldades para a fiscalização, em razão da distância e do poder aquisitivo técnico do órgão. Mas, mesmo assim, fizemos um trabalho em acordo com outros órgãos ambientais, no período de 1988 a 1989. Trabalhamos juntamente com o IBAMA e fizemos uma nova proposta de enquadramento do rio São Francisco. Após essa proposta, conscientizamo-nos de que a água seria o centro da política socioambiental.

Diante disso, os senhores podem observar que a água é um elemento de suma importância. Em função dos trabalhos realizados em 1988 e 1989, constatamos que a nossa sede, que se localiza em Salvador, fica muito longe do rio São Francisco. Portanto, achávamos que deveríamos implantar uma regional próxima ao Rio. Assim, criamos uma regional em Barreiros. Mesmo assim ainda é difícil a fiscalização e o monitoramento de um rio desse porte, dentro desse percentual que temos na Bahia.

Nessa nossa preocupação com a água como simples recurso hídrico, observamos que ela é parte integrante do ecossistema, essencial à vida e patrimônio comum da Nação. Também observamos que, dentro da política nacional de proteção e gestão das águas, deveríamos estar ligados à política nacional do meio ambiente.

Em função do planejamento, observamos ainda que a água tem que estar ligada, primeiramente, ao bem-estar do ser humano e depois a um desenvolvimento sustentável. Achamos que existe a necessidade de um plano diretor integrado de poluição e gestão da bacia e de um relatório da situação das águas e do meio ambiente. Claro que isso é uma coisa muito importante que se encontra ainda em estudos.

Temos ainda esses projetos de irrigação licenciados. Os grandes projetos licenciados pelo órgão ambiental da Bahia, que são da CODEVASF, são os seguintes: Formoso A, que tem licença para implantação; Formoso H e Barreiras, com licença para localização; Estreito IV e Mirorós, com licença de implantação; e Zabumbão, em processo de licenciamento.

A grosso modo, calculamos que a vazão desses projetos está em torno de 30m<sup>3</sup> por segundo. Em função desses licenciamentos, colocamos alguns condicionamentos básicos, que são : licença de desmate e exploração agrícola, outorga de uso da água, sistema de drenagem suplementar em lotes de solos com má drenagem, monitoramento de drenos principais de deságüe, construção, caso necessário, de lagoas de decantação e tratamento de efluentes, controle de agrotóxicos utilizados nos projetos, monitoramento da fertilidade, acidez, alcalinidade e salinidade do solo, plano e recuperação da área de empréstimo, programa de educação ambiental, critérios de reassentamento dos colonos, programa de infra-estrutura social do perímetro social, recuperação de estradas que dão acesso ao projeto e, por último, a Comissão Técnica de Garantia Ambiental - CTGA.

Essa CTGA foi coisa que observamos em países da Europa e na América do Norte e conseguimos implantar no Estado da Bahia. Funciona ligada à empresa que solicita o licenciamento, tem uma grande responsabilidade em caso de algum acidente ambiental e é associada à ARP, que, em caso de algum acidente, pode até processar o responsável.

Dentro do Estado da Bahia, não só com relação aos processos de irrigação, temos em torno de 480 CGTA implantadas. É claro que dentro da nossa fiscalização ainda existem coisas que precisam ser regulamentadas nas CGTAs, mas elas são muito importantes, porque estabelecem um relacionamento direto com o órgão ambiental, em casos de acidentes, reuniões ou monitoramento.

Dentro dos impactos detectados por inspeção de campo no rio São Francisco, podemos observar o desmatamento de aroeira; a queima da caatinga; área de empréstimo para obras nas margens dos rios; o desmatamento das nascentes; o uso indiscriminado de agroquímicos; o esgotamento sanitário nas margens dos rios; a utilização acentuada das águas das nascentes para irrigação; a queda da produção de pescado nas barragens e a falta de legislação específica.

Podemos observar que esses impactos verificados estão cada dia maiores. Assim, vemos que é necessário um trabalho intensivo com todos os órgãos envolvidos na questão para a proteção desse rio.

Tivemos informação de que o IBAMA fez uma concorrência e quem ganhou foi uma ONG. É a primeira vez que uma ONG ganha uma concorrência em nível federal, e ela vai ficar responsável pelo diagnóstico das bacias hidrográficas brasileiras do Nordeste e do Sudeste.

Primeiramente, ela vai trabalhar com levantamento de dados secundários, porque, no Brasil, dados primários são ainda muito carentes.

Os Estados envolvidos no levantamento de dados secundários são Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

Por último, será elaborado um relatório final sobre a qualidade do meio ambiente, onde serão identificadas áreas, critérios, áreas degradadas e preservadas.

Dentro da estrutura dos órgãos ambientais, na parte de licenciamento, temos a apresentar o seguinte: quando o pedido de licenciamento de irrigação dá entrada no órgão ambiental, é solicitada uma licença de localização e de inspeção técnica. Depois da inspeção técnica, se necessário, os técnicos fazem a solicitação para estudo dos impactos verificados. Depois disso, o pedido é enviado ao CEPRAM, que é o Conselho de Proteção Ambiental, que vai decidir se há necessidade ou não desse estudo de impacto ambiental.

O órgão ambiental vai elaborar um termo de referência. Posteriormente, uma empresa de consultoria vai elaborar o OEN, e este vai ser examinado pelos técnicos do CRA, e se for necessário serão realizadas audiências públicas.

Posteriormente, o CRA emite um parecer técnico sobre esse estudo de impactos ambientais e, por último, esse estudo vai para o Conselho de Proteção do Meio Ambiente.

**O Sr. Presidente** - Agradeço a participação do Dr. Ney Mello e, dando prosseguimento, ouviremos o Dr. Gabriel Campana Filho, representante do Instituto do Meio Ambiente - IMA - do Estado de Alagoas.

Palavras do Sr. Gabriel Campana Filho

**O Sr. Gabriel Campana Filho** - Exmo. Sr. Presidente da CIPE, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, gostaria, inicialmente, de agradecer o convite formulado ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas para participarmos da 6ª Reunião da CIPE e também gostaria de dizer que o Instituto do Meio Ambiente é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento, responsável pela implementação da política ambiental em nosso Estado.

O IMA vê com muita preocupação o processo de degradação ambiental que os recursos naturais hídricos e o solo vêm sofrendo a cada ano.

Essa situação não se restringe apenas ao Estado de Alagoas, mas diz respeito a todo o Brasil. O motivo principal disso é que os empreendimentos e as atividades econômicas que têm sido implantados não vêm cumprindo a legislação ambiental. Do contrário, não estaríamos tão preocupados com nossos recursos hídricos. A maioria das águas superficiais em nosso Estado está poluída. As águas subterrâneas, o solo e a própria atmosfera também estão sofrendo processo de degradação, em função da má disposição dos resíduos. Entendemos que existe um processo de licenciamento ambiental justamente para se evitar que tal degradação venha a ocorrer, porém as instituições que deveriam estar envolvidas não têm participado do processo. Por mais que o órgão ambiental esteja equipado e preparado para acompanhar o processo de desenvolvimento de um Estado, se não houver participação efetiva dos municípios e das Prefeituras, não chegaremos a lugar algum. Estaremos sempre aqui nos reunindo, e cada vez mais apresentando problemas de degradação, cada vez mais piorando nossos ecossistemas. É preciso que a participação dos municípios seja efetiva. Do contrário, enquanto nós, que fazemos parte do órgão de meio ambiente, estivermos desenvolvendo uma ação em alguma bacia hidrográfica, observando as intervenções e fazendo diagnósticos, em outra bacia hidrográfica indústrias estarão recebendo alvará de implantação, muitas vezes sem a preocupação de se implantarem sistemas de tratamento adequados. Se não houver participação mútua, o órgão ambiental sempre ficará atrás do processo de degradação.

Portanto, acho fundamental que os municípios comecem a fomentar pelo menos a implantação de departamentos de meio ambiente vinculados a secretarias de planejamento ou secretarias de saúde, onde haja pessoas que pensem sobre a temática ambiental, em qualquer empreendimento que venha a ser implantado em seu município.

Fizemos um diagnóstico na Bacia do São Francisco e deparamos com diversas atividades econômicas que lá já estão em funcionamento sem licenciamento ambiental. Tais empreendimentos foram licenciados pelas Prefeituras e estão lançando resíduos nos afluentes do rio São Francisco.

Encontramos empreendimentos, como laticínios, matadouros, pocilgas e destilarias, estas já estão licenciadas e apresentam sistema de tratamento.

O grande problema dos dez municípios que fazem parte da bacia do São Francisco é o

lixo. O próprio lixo urbano desses municípios é colocado em lugares inadequados, muitas vezes às margens dos afluentes do São Francisco, e é carreado para os rios, deteriorando as águas.

Há um outro problema, que é a questão do esgoto sanitário. Nenhum município do Estado de Alagoas e da bacia do São Francisco possui saneamento básico. Recentemente, fizemos o monitoramento em função da própria barragem que vai encher o reservatório e, fatalmente, provocará um impacto na qualidade da água. Já estamos fazendo o monitoramento antes do enchimento para, posteriormente, termos uma comparação da variação da qualidade da água.

Detectamos um outro problema sério, existente atualmente no São Francisco, pelo menos, dentro dos parâmetros analisados, que são os coliformes fecais. É uma situação ainda razoável em comparação com outras bacias onde o processo industrial foi mais avançado e o volume de água é menor. Neste caso, a degradação é bem mais significativa. O IMA entende que, sozinhos, não iremos a lugar nenhum. É preciso a participação dos municípios, da sociedade e do meio empresarial, onde a consciência sobre as questões ambientais deve ser incorporada e, na prática, incrementada, para revertermos o processo que atualmente enfrentamos.

**O Sr. Presidente** - Agradecemos a participação do Dr. Gabriel Campana Filho e convidamos o Dr. Jorge Antônio Lima, representante do IMA-ALAGOAS, para sua exposição.

Palavras do Sr. Jorge Antônio Lima

**O Sr. Jorge Antônio Lima** - Exmo. Sr. representante da CIPE, Deputado José Ferraz; demais representantes da Mesa e dos órgãos estaduais e federais; Dr. José Theodomiro de Araújo, é com muita satisfação que participo, pela primeira vez, da CIPE como representante da ADEMA. Hoje, a preocupação da ADEMA é com a bacia do São Francisco, que está ligada aos empreendimentos dos Governos Estadual e Federal. O entendimento entre esses empreendimentos e os órgãos de meio ambiente não é muito avançado. Em geral, quando os empreendimentos chegam a um nível elevado de construção é que o órgão de meio ambiente entra em campo. O relatório de impacto ambiental é feito quando os empreendimentos estão para ser inaugurados.

Por isso é que afirmamos, reiteradas vezes, que a participação dos empresários e da sociedade é de extrema importância, mas a dos Governos Federal, Estadual e Municipal é imprescindível. Eles é que podem resolver as questões mais sérias. Quando se constata um erro em relação ao impacto ambiental, normalmente ele já está avançado, e sua correção fica muito mais onerosa. Há problemas que têm que ser resolvidos antes, e o relatório de impacto ambiental existe exatamente para isso. E, por incrível que pareça, em Sergipe, vários órgãos ainda não concluíram seu relatório de impacto ambiental.

Enfim, apesar dos órgãos de meio ambiente estarem ligados à Secretaria de Indústria e Comércio, percebemos que falta o elo de entrosamento entre eles e a classe política, o que facilitaria a conscientização de todos com relação ao meio ambiente.

**O Sr. Presidente** - Agradecemos a participação do Dr. Jorge Antônio Lima e concedemos a palavra ao sr. Cláudio Scliar, representante do Instituto de Geociências da UFMG, que falará sobre o impacto da mineração e do garimpo.

Palavras do Sr. Cláudio Scliar

**O Sr. Cláudio Scliar** - Senhores e senhoras membros da Mesa, senhores e senhoras presentes no plenário do Parlamento das Águas, em primeiro lugar, saúdo a iniciativa das Assembléias Legislativas dos Estados banhados pelo rio São Francisco de realizar este seminário, que, espero, passe desta 6ª sessão. Trata-se de uma iniciativa de maior importância.

Entendo que, ao se falar de bacia hidrográfica, não se fala apenas das águas. Fala-se também do entorno, do vale, do espaço físico drenado pelo rio São Francisco e por seus afluentes. Nesse sentido, a questão da mineração aparece como um aspecto bastante importante.

Minha primeira idéia era apresentar aqui um trabalho com exposição, mapas e "slides", mas isso será feito posteriormente, em forma de texto que será publicado, para uma ampla distribuição aos interessados. Apresentarei, no momento, algumas idéias, algumas propostas sobre o tema. Primeiro, gostaria de salientar um aspecto sobre a mineração que me parece de extrema importância.

A mineração aparece, para o público em geral, sob duas faces, duas formas. Uma que eu chamaria de oculta, que não se percebe, que não se vê. Praticamente todos os objetos e todas as coisas que temos nesta sala contaram com a participação de minérios em sua confecção. O minério é fundamental para a sociedade humana, desde o quartzo, usado na pedra lascada, na pedra polida, até os usados hoje em nossas roupas e em todos os objetos presentes nesta sala de onde estamos falando. Isso ninguém vê. Quando se olha para um vidro, não se pensa no quartzo e no feldspato; quando se vê uma cor não se pensa no pigmento, que é um minério de onde saiu essa cor. É tão bonito, não? O vermelho, o azul, o amarelo são minérios. Foram extraídos de algum lugar.



Por outro lado, a mineração tem sua parte explícita, que aparece para todos, até mesmo por uma questão histórica. O desenvolvimento das rodovias, a interiorização da população das cidades, o crescimento das cidades, tudo isso está muito em torno, também, das regiões mineradoras. Assim, as estradas cortam regiões mineradas. Muitas vezes, próximo aos rios, onde é mais fácil o transporte, encontramos regiões mineradas. E não há nada mais feio do que uma grande cratera aberta, com rochas e materiais jogados para todos os cantos, às vezes ao lado de uma enorme mata, de uma enorme região de reflorestamento, de centenas e centenas de quilômetros, que destrói absolutamente toda a flora e a fauna. Bem, aquele local em que é explícita a degradação ambiental é visto, fotografado, filmado, o que, sem dúvida, espanta bastante, com toda razão.

Não estou querendo dizer que a mineração não polui. Polui, sim. Infelizmente, o prazo que temos exige que sejamos rápidos, mas não é por acaso que no mapa da FEAM, apresentado por nosso colega José Cláudio, o pior traçado, o traçado preto, circunda grandes cidades e minerações. A mineração polui, e muito. Quando ele cita a questão do arsênio, quando se vêem situações como a que acontece em Montes Claros, provocada pela extração de areia, percebemos que realmente são atividades depredatórias; em muitos momentos, a mineração, de fato, depreda o meio ambiente. Contudo, eu gostaria de contrabalançar, principalmente neste plenário, reforçando seu duplo aspecto. Se estamos discutindo o desenvolvimento sustentável, temos que ver em que a mineração pode contribuir para esse desenvolvimento. Ao mesmo tempo, temos que avaliar as medidas necessárias para que a mineração não polua tanto.

Encerrando esse primeiro ponto, eu gostaria, ainda, de abordar o aspecto da biodiversidade. Ficamos surpresos quando vemos um cacique (brasileiro, australiano ou da Indonésia), um indígena, com sua roupa típica, ir ao Banco Mundial e, às vezes, impedir um financiamento de bilhões e bilhões de dólares. Algumas pessoas, dentro das lideranças dos países subdesenvolvidos, ainda não perceberam a importância dessa palavrinha simples: "biodiversidade". Nesse final de século, ou os seres humanos nos entendemos enquanto integrantes de um conjunto muito maior, que envolve os outros seres vivos e a Terra, ou estamos fadados ao desaparecimento. Algumas lideranças (não todas, mas principalmente nos países desenvolvidos) já perceberam isso. Isso permite que um cacique brasileiro consiga bloquear, às vezes, um grande financiamento. A própria imprensa brasileira ficou muito chateada com isso, mas creio que as pessoas não estão percebendo o significado da biodiversidade, hoje, para o ser humano.

Bem, quando se fala de impacto da mineração no rio São Francisco, devemos lembrar que a bacia hidrográfica do São Francisco corta uma parcela muito grande do território brasileiro, passando por vários ambientes geológicos que apresentam diferentes riquezas minerais.

Estamos nos fixando no quadrilátero ferrífero, mas a questão não se prende apenas a esse ponto. Temos o quadrilátero do ferro, o do manganês, o do topázio, o do ouro, o do calcário e outros. Temos a região do Paracatu vazante, que drena para o São Francisco, com ouro e outros metais. Temos as regiões de Curvelo e Jequitaiá, que também drenam para o São Francisco. Temos a região de Sete Lagoas, com uma produção enorme de ardósia, que drena, também, para o São Francisco. Indo para o Estado da Bahia, temos Macaúbas; um pouco antes, Brumado, com chumbo, e Caraíba, com cobre, diamante e outros.

Por isso, quando se pensa no impacto da mineração na bacia hidrográfica do São Francisco, gostaria que a CIF e que esta Comissão pensassem muito seriamente em como a mineração pode contribuir com um controle bem feito, um controle em que se entenda que o dinheiro que advém do arsênio que a Morro Velho solta nas águas do rio das Velhas não vale a vida das pessoas afetadas. Essa é uma questão muito séria e é sob esse duplo aspecto que a mineração deve ser vista.

Antes de apresentar propostas, gostaria de falar alguma coisa sobre a questão do garimpo. Sem dúvida alguma, o garimpo é uma das atividades produtivas, no setor mineral, que mais polui. Não podemos nos esquecer de que uma grande parcela da atividade garimpeira hoje, no Brasil, ainda é funcional, e, muitas vezes, está agregada à atividade de grandes empresas de mineração. Na mineração brasileira se iniciou a terceirização há muito tempo, com a utilização de um trabalho quase escravo. O garimpo, como uma pequena cooperativa que pode desenvolver uma atividade de organização, deve ser incentivado. Quanto às empresas que garimpam ouro, quartzo, titânio e outros minerais, para elas, é muito lucrativo.

É preciso que se diga que a situação do garimpo brasileiro precisa ser revista, porque, da maneira que está estruturada hoje no Brasil, é um absurdo. Temos que identificar com clareza quais são as atividades de garimpo. Hoje, não temos um código de mineração que adapte a Constituição a essa situação. Tudo, hoje, pode ser garimpado.

Levanto algumas questões em termos de propostas. Primeiro, a mim, me parece que a mineração no Brasil tem de considerar sobretudo a questão ambiental.

Futuramente, teremos de fazer uma revisão constitucional para que se coloque, na

Constituição brasileira, a concessão contratada.

Atualmente, a concessão da exploração de minério no Brasil é por tempo indeterminado. O minerador que tem a concessão fica com ela "ad infinitum". Parece-me que a concessão contratada por tempo limitado é fundamental para que se estabeleça uma melhor e mais correta relação entre o Estado e o empresário da mineração. Se o bem geral realmente pertence à União, como reza a Constituição, a concessão deve ter tempo determinado, o que também repercutirá na questão ambiental.

Outro aspecto que me parece importante refere-se ao fortalecimento do IBAMA, da APLEL e, em particular, do DNPM, que deveria ter uma atividade mais presente, mais clara, em consonância com os outros órgãos, com as entidades públicas e com aquelas formadas pela população. Deveria, ainda, estar mais presente na discussão, no debate e na fiscalização da questão ambiental. Com o enfraquecimento que o DNPM teve nos últimos anos e, em particular, no desgoverno Collor, sua situação se tornou dramática. Não tenho dúvida de que o ressurgimento do DNPM, enquanto órgão controlador da mineração, tem de envolver uma capacitação técnica e profissional nessa área. Há técnicos extremamente capacitados, mas que precisam de maior capacidade de ação para desenvolverem sua atividade.

No âmbito estadual, tivemos em Minas Gerais um corte de 42 técnicos da FENAM. Essa é uma questão do Tribunal de Contas da União. Não conheço seu aspecto jurídico, mas sei que é uma tristeza. No corpo de 120 técnicos de um Estado que é do tamanho da França, 42 foram cortados. Assim, como é possível desenvolver-se essa atividade de uma forma mais saudável?

Para finalizar, gostaria de dizer que, em muitos momentos, criticam-se os órgãos ambientalistas - bem como todos os que defendem o ambientalismo - chamando-os de poetas. Ora, já foi falado pelo José Cláudio e pelo colega da Bahia que os monitoramentos são muito precários. Ele tem sido feito no rio Paraopeba e, a partir do ano passado, no rio das Velhas, cujo acompanhamento tinha sido encerrado em 1988. Quanto ao restante, ele quase inexistente. Apesar de a FEAM ser um órgão do Estado de Minas Gerais, não é feito o controle.

Enquanto não houver um monitoramento sério e preciso dos problemas ambientais, não só os ambientalistas, mas todos irão dizer poesia. Com que dados poderemos falar sobre isso? Com os dados do pescador que não consegue pescar mais peixe, com os dados de quem nadava e não consegue mais nadar, ou os relativos à condição turva dos rios. Segue-se um fato extremamente grave: entidades como o CETEC, em Minas Gerais, que foi sucateado pelo Governo Newton Cardoso e que tinha capacidade de realmente desenvolver essa atividade, foram prejudicadas. Esse é um fato absurdo. Hoje, o CETEC tem a necessidade de terceirizar. Não entrarei na discussão de que se deve terceirizar ou não. Digo, apenas, que o Estado de Minas Gerais estava capacitado para essa função. Bastava desenvolver essa atividade.

Enquanto não tivermos dados e informações, estaremos falando utopicamente sobre aspectos do rio São Francisco. Gostaria, portanto, que o Parlamento das Águas desse continuidade à discussão não só sobre o rio São Francisco, mas sobre outros rios de Minas Gerais que necessitam desse tipo de discussão, a partir da qual se possam agregar as atividades tanto do ponto de vista legislativo como do ponto de vista executivo, atividades essas que vão além dos limites do município e do Estado. Muito obrigado.

**O Sr. Coordenador** - Muito obrigado ao Dr. Cláudio pela sua participação.

Dando prosseguimento ao tema Impacto da Mineração e do Garimpo, convido o Sr. José Mendo Mizael, Secretário Executivo do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM.

Palavras do Sr. José Mendo Mizael

**O Sr. José Mendo Mizael** - Exmo. Sr. Presidente, Deputado José Ferraz, cumprimento, através de sua pessoa, todos aqui presentes pela qualidade que já se percebe na organização deste evento.

Toda vez que se tem a oportunidade de falar a um público seletivo como este, o que mais preocupa é a disciplina do tempo, tempo este bastante exíguo para se tratar de um assunto de tamanha amplitude e fazê-lo com profundidade.

Ao receber o convite, que agradeço em nome da mineração brasileira, o que mais me chamou a atenção foi o que é o Parlamento das Águas, uma proposta inédita de atuação parlamentar, tendo como objetivo promover o desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas brasileiras. O Cláudio já falou que não se pode tratar de desenvolvimento sustentável sem se tratar do componente mineração.

Queria lembrar a vocês o levantamento feito a partir do dado mais importante da segurança do ser humano, a habitação. Verificamos que a casa é feita de um pacote de bens minerais.

Saúdo este parlamento por discutir a mineração num momento em que outra discussão sobre desenvolvimento, meio ambiente e mineração vai ocorrer nas Nações Unidas, amanhã, 1º de junho, e nos dias 2 e 3, em Washington, no Banco Mundial, com o objetivo de debater o fortalecimento da contribuição da indústria da mineração ao desenvolvimento sustentável. Verificamos que os organizadores deste evento têm

presenciado, não só nacional como internacionalmente, a importância da mineração para o desenvolvimento sustentável.

Essa percepção também foi apreendida e registrada pelos constituintes de 1988. No § 2º, do seu art. 225, a Constituição dispõe: "Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei".

Então, vemos que o constituinte determina dois aspectos predominantes: primeiro, a existência da lei, e aí este parlamento é extremamente importante; segundo, que os órgãos públicos competentes necessitam, cada vez mais, registrar com clareza a importância que a sociedade confere à questão ambiental, propiciando aos seus profissionais não só uma remuneração condigna como também condições dignas de trabalho. E aí entra um aspecto muito importante, que é a participação da sociedade. Tendo em vista que o objetivo do Parlamento das Águas é colher ações, estive verificando o material distribuído, e nele consta como um dos objetivos dessas reuniões propiciar aos Deputados a coleta de dados, diretamente da comunidade, dos técnicos e dos políticos regionais, para esboço, diretriz e planejamento a serem adotados no gerenciamento das bacias hidrográficas.

Procurando contribuir nesse particular, lembro que não se pode pensar em qualidade ambiental na sociedade industrial sem se dispor de bens minerais. Para falar de um só deles, mencionamos o tratamento da água, que requer o uso, essencialmente, da cal hidratada, dentre outros elementos.

Para um público como o presente, é desnecessário salientar a fundamental importância dos bens minerais se quisermos manter a visão de qualidade de vida que temos hoje, estendendo-a, de maneira mais ampla, para a sociedade como um todo.

Decorre daí, imediatamente, a necessidade de propiciarmos condições para que a sociedade possa atuar de forma a detectar os impactos, contribuindo para sua solução.

Vimos que o José Cláudio, dentre as questões que abordou, falou sobre o rio das Velhas e o Paraopeba, que são de alta importância para a mineração em nosso Estado. Anotei que o rio das Velhas tem qualidade de água de média a boa. O rio Paraopeba, mais para boa do que para média, embora o José Cláudio me tenha chamado a atenção para o fato de que isso ocorre apenas na época de seca.

Tal fato decorre, em grande parte, do esforço realizado pelo próprio DNPM - e estão aqui o Geraldo Antunes, responsável por aquele órgão, e o ex-Deputado Delfim Ribeiro, Delegado do Ministério das Minas e Energia em Minas Gerais, que fez um trabalho de extrema importância, durante vários anos, para sensibilizar e difundir a importância da construção de barragens para contenção de rejeitos -, além de terem sido feitos alguns investimentos substanciais. O monitoramento consequente demonstrou a eficácia desses instrumentos.

A MBR, por exemplo, trabalhando aqui ao lado, em Belo Horizonte, nos dá exemplos bastante interessantes nesse particular, na medida em que a água que percorre toda a jazida e é usada no tratamento do minério, após decantação, flui em direção à cidade de Nova Lima com qualidade de potável. Isso mostra, claramente, que, se compatibilizarmos tecnologia e seriedade no trato da questão, a mineração, além da sua essencialidade para o desenvolvimento, contribui paralelamente para a manutenção das necessidades que temos em termos de meio ambiente. Dentre essas, como fator antrópico, inserem-se alguns aspectos. Gostaria de mencionar alguns dados relativos a apenas dois pontos, relevantes em um País como o nosso, em que os levantamentos têm sido feitos mostrando que o desemprego e a miséria são desafios gigantescos no País. Levantamentos feitos na área de mineração, em Minas Gerais, e estudos na área do minério de ferro mostraram, por exemplo, que 50% dos empregados da área da mineração têm de 10 a 20 anos de tempo de serviço, o que caracteriza importante nível de manutenção de empregos e tranquilidade social, especialmente quando comparado ao percentual de 7% relativo à força de trabalho do País.

O nível de educação dos empregados em mineração é bem mais elevado que o da média dos trabalhadores brasileiros: 32% dos empregados do setor têm 2º grau completo, contra 15% da força de trabalho do País; 72% dos empregados na atividade minerária apresentam grau de instrução a partir da 8ª série (47% para o total do País). Os níveis de remuneração, medidos em salários mínimos, passaram de 7 em 1985 para mais de 12 em 1991; em 1986, para a força de trabalho do País, essa média era de 4,7, ou seja, quase três vezes menos se comparada com a da mineração.

O que se observa com esses dados, e que procuramos trazer aos parlamentares, é uma mudança de paradigma na visão da mineração, uma vez que está claro, pelas abordagens do Dr. Cláudio Scliar e por tudo que já se tem difundido, que não se pode ter qualidade de vida sem adequada oferta de bens minerais. Essa mesma mineração tem caminhado, concretamente, em benefício de uma sustentabilidade ambiental.

Como, naturalmente, a parte de recursos humanos e infra-estrutura em eventos como este é absolutamente fundamental para sustentar as suas conclusões, vamos deixar à disposição o livro "Mineração e Meio Ambiente". Nele, há uma listagem de impactos em pesquisa mineral, lavra, beneficiamento e áreas de apoio à mineração e de como

trabalhar de modo a solucionar os impactos, além do exemplo de mais de 23 empresas brasileiras de mineração, que têm padrão ambiental mundial de qualidade, e que tratam a questão ambiental, inclusive a Mineração Morro Velho. Meu querido amigo Cláudio Scliar abordou com ênfase a questão do arsênio, lembrando que a vida humana vale mais. Evidente! Mas sabemos, pelo histórico dessas mesmas edições, que em nenhum momento esse caso se colocou nessa antípoda por ele colocada e com a ênfase que lhe é peculiar.

Um segundo ponto sobre o qual gostaria de chamar a atenção dos membros do Parlamento das Águas é exatamente a questão sobre a qual o Deputado Cláudio Scliar concluiu, com muita felicidade, que sendo a nossa sociedade extremamente complexa temos que caminhar, necessariamente, para a normatização. Temos de propiciar condições para que qualquer brasileiro que esteja interessado em atuar seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista do lazer, na exploração das águas, que, na verdade, são também um bem mineral, tenha condições de receber informações para que possa agir em benefício do meio ambiente.

Gostaria de lembrar, e, nesse particular, volto a citar o coordenador do BNT -, Sr. Geraldo Ratton, na parte de normatização em relação ao meio ambiente, que foram editadas normas pioneiras em nível internacional. E gostaria de lembrar também a todos vocês, especialmente aos membros do Parlamento das Águas, que a questão do meio ambiente passa, agora, em nível internacional, por um gigantesco desafio, que é o da normatização. A futura série ISO 14.000 está em elaboração no mundo todo, e entre os países que estão compondo o seu comitê técnico, temos a Grã-Bretanha, a Holanda, o Canadá, a Austrália, a França e a Suécia, e a base tem sido o British Standard BS 7750 de 1994, com especificação do sistema de gerenciamento ambiental, que inicia o seu texto lembrando a importância fundamental da política, da organização e da existência de pessoal competente para sua implementação.

Encerrando, agradecemos o convite à Mineração, colocando-nos à disposição para os debates. Gostaria de, uma vez mais, sublinhar a felicidade desse Parlamento em antecipar a discussão sobre a mineração, em um dia, em relação ao mundo - os Estados Unidos, através das Nações Unidas. E também estimular todos os membros desse Parlamento a divulgarem as informações dentro das cidades, dos municípios e das áreas onde atuam.

Recente rodada no Uruguai determinou a existência de "inquire points", em todo o mundo para que o cidadão, que é o objeto final de tudo isto, tenha condições de estar bem informado sobre o que está acontecendo num mundo cada vez mais complexo.

A proposta concreta para o Parlamento das Águas é que as Prefeituras passem a sediar concretamente um ponto de informação para que os municípios possam a ele se dirigir, para conhecer o que há, ou obter endereços nos quais possam informar-se.

Colocamos o IBRAM à disposição para essas informações no que diz respeito à mineração, e deixaremos com os organizadores a publicação do DNPM, "Levantamento Nacional dos Garimpeiros", estudo extremamente bem feito, o primeiro no Brasil que coloca com clareza a questão garimpeira do ponto de vista da metodologia científica. Entrego também, em primeira mão, o "Sumário Mineral de 1993", também produzido pelo DNPM, que contém toda a estatística mineral brasileira e a contribuição da mineração ao desenvolvimento nacional, mostrando que a mineração, a primeira transformação mineral, - estou falando de cimento, ferro, aço, etc. - representa cerca de 30% do PIB brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente, e ficamos à disposição para qualquer pergunta que seja de interesse dos presentes.

**O Sr. Coordenador** - Agradecemos a participação do Sr. José Mendo, que expôs o tema Impacto da Mineração e do Garimpo e, de imediato, passamos para outro tema, Desmatamento e Desertificação, para o qual convido o Sr. David Márcio Santos Rodrigues, representante do IEF.

Palavras do Sr. David Márcio Santos Rodrigues

**O Sr. David Márcio Santos Rodrigues** - Exmo. Sr. Deputado José Ferraz, Presidente da Assembléia Legislativa; Dr. Rubélio Queiroz, Secretário de Recursos Minerais, aqui representando o Governador Hélio Garcia, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a lembrança do nosso nome para, na condição de representante do IEF, representar aqui o Dr. José Carlos Carvalho, Diretor-Geral do Instituto, que se encontra hoje em Washington, tratando de assuntos de interesse do Estado. Gostaria de agradecer também aos prezados amigos Fábio Márcio e Pedro Alcântara, cuja experiência e cujo idealismo possibilitaram que os temas para essas reuniões, que serão realizadas hoje e amanhã, tenham a aceitação, o interesse e a participação de todos os presentes.

Permito-me fazer a apresentação de nosso tema neste mesmo lugar, para facilitar a projeção de algumas transparências, já que o tempo está bastante curto. Vou tentar reduzir a apresentação de tudo o que foi feito por nós e que está aqui, registrado em um texto.

O tema "Desmatamento e Desertificação" mereceria, na realidade, um congresso. Então, fica realmente muito difícil sintetizar, em curto espaço de tempo, todas as

informações e os conceitos necessários ao debate e à elucidação do tema. Tentarei, todavia, fazendo uma síntese, traçar algumas considerações a respeito do desmatamento e da desertificação no caso específico do vale do rio São Francisco em Minas Gerais.

#### Desmatamento e Desertificação:

##### O Vale do Rio São Francisco em Minas Gerais

#### 1 - Conceitos.

##### 1.1 - Desertificação

A bibliografia existente sobre o tema é muito ampla, rica, e o conteúdo discutido apresenta enfoques os mais variados.

Procuraremos aqui direcionar a nossa análise para os temas direta e indiretamente ligados ao desmatamento, já que esse fenômeno vem ocorrendo ao longo do vale do São Francisco há várias décadas.

Existe uma certa confusão, sobretudo pela falta de enfoque científico do tema, relativa às características das regiões áridas e às das regiões secas.

Uma área submetida às condições climáticas áridas é aquela onde existe um relacionamento entre a ação da reduzida umidade das condições atmosféricas e os índices de calor.

Assim, pode-se afirmar que árido não é sinônimo de seco. Tudo dependerá do balanço do desequilíbrio/equilíbrio/precipitação/ evaporação e das características do solo.

Nas áreas verdadeiramente áridas (desertas) as precipitações são inferiores a 200mm anuais.

Outro fator que pode e deve ser utilizado na diferenciação está nas condições de circulação da drenagem superficial.

Nas regiões áridas ou ela existe, ou é temporária, e a temperatura pode atingir índices diários e diurnos superiores a 65oC, com oscilações térmicas que podem ser inferiores a 0oC durante a noite.

De acordo com a OMM, "desertificação é o nome dado aos processos em virtude dos quais um ecossistema perde a sua capacidade de reviver ou regenerar-se naturalmente."

O processo de degradação de um ecossistema ocorre quando há uma redução da cobertura de solo que serve de suporte à vegetação; dá-se o aumento da reflexão (albedo) da radiação solar a partir da superfície do solo; é acelerado o processo de desmatamento e a destruição da cobertura vegetal de baixo porte; quando há a aceleração dos processos erosivos químicos e físicos.

A principal causa dos processos de desertificação não é natural, não é provocada pela evolução natural dos diversos sistemas meteorológicos, e, sim, pela atuação descontrolada das atividades humanas.

O uso indevido da terra, este, sim, é o mais grave problema a se denunciar, discutir, analisar, para o qual se devem propor soluções a serem cumpridas com regularidade e disciplina rígida.

As grandes alterações que concorrem para os processos de desertificação estão localizadas nas áreas subtropicais. (mapa anexo, produzido pela UNESCO).

Dentre essas zonas mapeadas, destacam-se as áreas cobertas de cerrados e de vegetação arbórea seca tipo caatinga, com localização Nordeste do Brasil e no Norte de Minas Gerais.

A complexidade da seca nordestina é agravada (e a recíproca é verdadeira) pela constante pressão da população. Na década passada, os índices pluviométricos extremamente baixos provocaram sérios prejuízos à população nordestina.

Numa demonstração constante da criatividade do brasileiro, foi montada - e já é centenária - a indústria da seca.

Recentemente, acontecimentos político-meteorológicos ocorridos no planalto central - tipicamente tropicais, com muitos trovões e poucas chuvas - ofereceram subsídios aos estudiosos que insistem em comprovar cientificamente a redução da estatura daqueles que vivem nas áreas secas, ou que delas sobrevivem com benesses orçamentárias.

Entre 1982 e 1984 - e também nesta década -, o fenômeno "el niño" concorreu para a redução da umidade. Tudo indica alterações a cada 2 ou 7 anos.

##### 1.2 - Paleoclima

A influência dos climas antigos ainda hoje é denunciada através da análise minuciosa dos sistemas de erosão bioclimáticos. As variações são registradas com freqüência.

Isso significa que a análise da evolução das formas do relevo leva ao conhecimento das verdadeiras características dos processos erosivos, das condições climáticas pretéritas e da cobertura vegetal contemporânea.

Torna-se, portanto, fundamental um relacionamento entre o comportamento morfo-estrutural, morfoclimático (pois ele estará determinado pelas influências paleoclimáticas), as condições climáticas atuais e as características da circulação dos cursos fluviais.

##### 1.3 - Quais seriam, então, as causas das variações climáticas?

É lógico que elas são muito diversificadas e que dependem do mecanismo de circulação atmosférica, como um todo.

O microclima - como o próprio nome diz - tem atuação reduzida, desenvolvendo-se na

parte superficial do solo, no início do contato da terra com a camada inferior da atmosfera. Ele cobre superfícies menores. Todo agricultor conhece bem esse processo e sabe distinguir, com sabedoria, quais as características microclimáticas de sua fazenda.

Uma capina anual, o pisoteio do gado, uma queima anual sem controle, a retirada da camada de húmus, a destruição gradativa das árvores frondosas são favoráveis às alterações microclimáticas.

O macroclima tem importância mais abrangente e depende das alterações planetárias, com envolvimento de toda a circulação atmosférica e dos oceanos. Depende da interação: sol/atmosfera/terra/oceanos.

À medida que os especialistas ampliarem seus conhecimentos, aplicarem modelos matemáticos e armazenarem mais e mais informações, aumentarão, sem dúvida, as relações entre os microclimas e os macroclimas e, mais uma vez, o homem aparecerá como o principal responsável pelas alterações climáticas.

Enfim, de todas as implicações meteorológicas que levam às modificações climáticas, o albedo - reflexão superficial registrada pelos solos descobertos de vegetação, estradas, cidades e construções urbanas, como um todo - é a mais importante. As imagens orbitais, nas suas mais variadas escalas, demonstram a sua importância e registram a sua luminosidade.

No caso específico do vale do Rio São Francisco, no trecho da bacia correspondente ao território mineiro, faremos algumas considerações, após uma análise sobre as condições atuais.

2 - As atuais condições climáticas e os regimes fluviais: condições de alimentação e escoamento

As condições de alimentação e escoamento das diversas bacias hidrográficas do Estado dependem, respectivamente, de dois elementos essenciais: clima e condições geológicas. As características climáticas predominantes nas diversas áreas do Estado permitem que sejam identificados dois tipos de regimes fluviais típicos das zonas tropicais, conforme acentua Pardé (1956): regime tropical austral e regime subequatorial.

Este mapa de Minas Gerais identifica para o Estado os seguintes tipos climáticos, seguindo-se a classificação de Koeppen:

Aw - Clima tropical úmido;

Cw - Climas mesotérmicos;

Bs - Clima com características de semi-árido.

Considerando ainda o enquadramento do trecho do Norte do Estado no grupo dos climas semi-áridos, cabe àquela região a classificação que Radesca (1964:561) chamou de "regime dos rios do Nordeste". Assim, podem-se identificar perfeitamente cursos fluviais cujos regimes se relacionam diretamente com os climas Aw, Cw e Bs.

2.1 - O regime das zonas de clima Aw.

Nas áreas onde predomina o tipo Aw (tropical úmido), especificamente na região do médio São Francisco, em toda a faixa limitada pelo trecho que vai do oeste do Espinhaço à zona de Montes Claros e Paracatu, abrangendo a região compreendida entre Três Marias e São Francisco, a circulação fluvial se faz sobre terrenos sedimentares eopaleozóicos; toda essa zona submete-se ao clima Aw, apresentando, contudo, características originais com relação ao regime hidrográfico de toda essa zona; condiciona-se à seqüência pluviométrica que, registrando totais elevados na sua parte sul, diminui gradativamente à medida que ultrapassa o Paralelo de Lassance, até atingir a região de São Francisco, limite da zona semi-árida.

Tendo em vista sua posição como zona climática de contacto entre os tipos Cw e Bs, essa região do médio São Francisco tem sido alvo de estudos detalhados no tocante a seu regime. Serebrenick (1953:70), referindo-se à questão das enchentes no trecho que vai de Pirapora a São Francisco, explica que a "ocorrência de aguaceiros síncronos que propicia, face às características da rede hidrográfica, as confluências perigosas das descargas do rio principal" identifica a maior concentração de períodos de elevação do nível das águas nessa faixa, atingindo, também, os vales do Paracatu, do Rio das Velhas e do Jequitaiá. Vê-se, portanto, que o regime dessa zona mediana do São Francisco pode ser enquadrado como complexo, pois nas regiões de Curvelo e de Corinto as quedas pluviométricas ocorrem entre novembro e março, com períodos de abaixamento do nível entre abril e outubro. Entre Pirapora e São Francisco a estação chuvosa reduz-se a quatro meses (de dezembro a março).

A estiagem atinge seu grau máximo no mês de julho, com o abaixamento acentuado do nível fluvial, dificultando consideravelmente a navegação, com o recuo muito rápido das águas em direção ao leito menor. A continuidade das precipitações no período que vai de setembro a abril, na região de Paracatu, indica perfeitamente a influência dessa zona no orçamento pluviométrico do trecho oeste da bacia, mantido pelos elevados índices que afetam os afluentes do Paracatu e os trechos do Chapadão do Urucuia.

As condições de escoamento atingem elevados graus de permeabilidade, tendo em vista

a predominância dos arenitos, calcários e siltitos das formações de Urucuaia e de Bambuí. As características geomorfológicas e a cobertura vegetal, aliadas às condições de continentalidade da área, não dão a essa região condições de escoamento tão favoráveis como as do Triângulo Mineiro, mas oferecem, por outro lado, possibilidades para armazenamento maior, tendo em vista a fraca declividade do perfil principal, que, no percurso Pirapora-São Francisco, tem desnivelamento muito pequeno.

O vale do rio São Francisco encontra, assim, dificuldades para o transporte dos sedimentos que, desagregados das partes mais elevadas circunvizinhas, preenchem gradativamente sua ampla calha, dificultando, mesmo através dos bancos de areia, o escoamento das águas e o trajeto dos barcos. Com a construção da barragem de Três Marias, o curso tem sofrido regularização acentuada que, interferindo diretamente no comportamento hidrológico, altera as condições de sedimentação, tendo em vista a retenção dos fragmentos a montante da barragem.

## 2.2 - O regime das zonas de clima Cw

Distribuídos nestas zonas climáticas, encontram-se os trechos médio e superior do rio Grande, alto Jequitinhonha, alto Rio Doce, vale superior do São Francisco, e, na extremidade sudeste, trecho do vale do rio Paraíba. As condições de alimentação desses cursos fluviais identificam-se perfeitamente com as condições climáticas do tipo Cw.

A bacia superior do São Francisco, que atinge a região de Bambuí e do quadrilátero ferrífero, onde se faz representar pelo Rio das Velhas, apresenta condições pluviométricas submetidas ao regime chuvoso a partir de outubro, com o máximo, em dezembro, de 350mm; e período decrescente a partir de fevereiro-março, com índices pluviométricos próximos a 150mm. Índices elevados como esses não exercem aqui uma ação imediata como a ocorrente na bacia superior do Rio Grande, pois as condições geológicas e morfológicas, bastante diversas, modificam o comportamento superficial das águas, caracterizado como do tipo subtropical, tendo em vista a facilidade encontrada para a infiltração no subsolo altamente permeável das formações eopaleozóicas da série Bambuí, revestidas por um capeamento de solos de permeabilidade média.

Esse comportamento retarda ligeiramente o aumento do nível das águas, marcado por índices pluviométricos mais elevados em janeiro-fevereiro. Durante o período mais seco (abril e setembro), as condições climáticas do tipo Cw, com temperaturas reduzidas, aliadas às reservas armazenadas por rochas permeáveis da série Bambuí, concorrem para que o regime se mantenha estável durante as estiagens, com abaixamento moderado dos níveis pluviométricos.

Este mapa nos dá uma visão aproximada da área ocupada pela bacia hidrográfica do rio São Francisco, em Minas Gerais.

- Apresentação de "slide" sobre o assunto.

Este outro mapa nos mostra a proporção existente entre as principais bacias e o que representa a bacia do São Francisco em Minas Gerais.

- Apresentação de "slide" sobre o assunto.

Este outro identifica, para o Estado de Minas Gerais, os seguintes tipos climáticos, de acordo com a tradicional classificação de Koeppen. Poderíamos distinguir, sobretudo na área correspondente ao rio São Francisco, três tipos climáticos principais: o clima tropical I, que está ali representado pela sigla AW; os climas mesotérmicos, representados pela sigla CW, e o clima BS, com características de semi-aridez. Estou tentando mostrar a relação entre as condições climáticas e a evolução do solo.

- Apresentação de "slide" sobre o assunto.

Este mapa mostra as principais distribuições climáticas no nosso Estado. Pela simples observação do mapa classificado como clima básico - aquela mancha pontilhada que aparece na extremidade Norte -, podemos constatar os dois principais tipos climáticos da região do São Francisco: o clima tropical I e o clima com características de semi-aridez. Farei algumas considerações a respeito do clima BS, cuja característica de semi-aridez vem trazendo problemas maiores para a região do vale do São Francisco. (- Lê:)

## \* 2.3 - O Regime na Zona de Clima Bs

O principal aspecto apresentado pelos rios que pertencem a esta classificação está no caráter temporário de seus cursos, que sofrem intensamente a ação da seca, provocando conseqüentemente uma interrupção na circulação geral, que passa a mostrar, no seu leito, vestígios insignificantes de escoamento, com a exposição de um canal de estiagem excessivamente reduzido. A região semi-árida ao Norte do Estado acha-se ocupada parcialmente pela bacia do Jequitinhonha, em sua metade leste, enquanto a drenagem que se dirige para o São Francisco tem sentido oeste. Mais ao norte, é também cortada pelo curso do rio Pardo, que se dirige para o Estado da Bahia.

Em toda a extensão atravessada por esses rios na zona semi-árida mineira, o regime pluviométrico é o das chuvas de verão com precipitações iniciadas em novembro, atingindo o máximo em dezembro e decrescendo a partir de fevereiro. Entre abril e

outubro as precipitações são bastante reduzidas, e os cursos fluviais atingem limites máximos no rebaixamento das águas. Mesmo no São Francisco, que recebe drenagem acentuada de seu trecho oeste, o rio sofre um abaixamento considerável, tendo em vista a quase total paralisação dos afluentes da margem direita, no trecho compreendido entre São Francisco e Manga.

Todavia, as condições geológicas da área compreendida pela zona de clima Bs permitem uma distinção entre a drenagem que se faz na parte da bacia do São Francisco e do Jequitinhonha."

Relações entre a drenagem e o relevo (Projeta "slide".)

Esse mapa parece indicar uma clareza que ressalta toda a extensão do vale do São Francisco, onde formações de permeabilidade acentuada provocam uma infiltração acelerada. Ele nos mostra, com uma clareza muito grande, qual a relação existente entre as características da geologia, do relevo e do comportamento hidrológico.

A cobertura vegetal na bacia mineira do São Francisco. (- Lê:)

\* "3.1 - O Mapeamento da Cobertura Vegetal

Pela primeira vez na história da Cartografia Temática Mineira, realiza-se o mapeamento fitogeográfico do Estado, numa escala adequada ao monitoramento e controle da cobertura vegetal.

Cumprindo determinação da Lei Florestal 10.561 (1991), que teve a participação efetiva dos diversos segmentos da Sociedade do IEF, executa a segunda etapa do seu Programa de Mapeamento da Cobertura da Vegetação de Minas Gerais.

Até outubro, os 589.000km<sup>2</sup> do Estado estarão cobertos por 250 cartas na escala de 1:100.000.

A primeira fase, já concluída, cobriu mais de 260.000km<sup>2</sup> e deu prioridade às regiões Noroeste, Norte e Nordeste do Estado, cobrindo toda a extensão da bacia do São Francisco, onde a atividade carvoeira vem demonstrando apetite avassalador e trato desumano para com aqueles que vivem dos fornos e das árvores do cerrado.

Já estão concluídas 120 cartas, e a situação atual é a seguinte:

O Projeto de Mapeamento e Monitoramento da Cobertura Vegetal de Minas Gerais por Sensoriamento Remoto tem a participação financeira do Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e do Banco Mundial.

Está integrado ao Pró-Floresta e envolveu até agora, além da FUNCATE - Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais e da empresa Imagem, mais de 100 técnicos do IEF, os quais foram treinados pelas instituições citadas, participaram dos trabalhos de mapeamento e estão aptos para o monitoramento da cobertura vegetal de Minas Gerais.

Gradativamente, pretende o IEF iniciar treinamentos com a Polícia Florestal e introduzir as universidades, órgãos técnicos, entidades ambientalistas e Prefeituras no processo de implantação do programa de monitoramento e controle da vegetação. A cada seis meses as imagens de satélite fornecidas pelo INPE darão aos nossos técnicos condições de auxiliar e identificar as áreas exploradas e/ou regeneradas.

Nosso banco de dados permitirá o controle de distância, diminuindo o trabalho cansativo, caro e deficiente de uma fiscalização direta, liberando nossos técnicos e companheiros da Polícia Militar para uma interpretação técnica mais eficiente e detalhada."

Antes de ler a conclusão, gostaria de mostrar para os senhores algumas imagens sobre esta cobertura na qual o IEF está trabalhando. Teremos oportunidade de ver a situação atual da cobertura vegetal na região de Manga (progressão de transparências). (- Lê:)

"4 - Conclusão:

A comparação entre essas duas imagens identifica muito bem a gravidade do problema. Os acessos de degradação nos mostram que se torna fundamental e inadiável a necessidade de impedir:

- . a destruição da cobertura vegetal;
- . a destruição da biodiversidade;
- . o assoreamento dos cursos fluviais;
- . as alterações microclimáticas.

Tornam-se fundamentais e inadiáveis:

- . alternativas humanas e objetivas para a resolução das questões fundiárias;
- . controle rígido da atividade de carvoejamento;
- . controle da poluição aquífera;
- . alternativas para a recuperação ética e moral dos poderes constituídos."

( \* - Publicado de acordo com o texto original.)

**O Sr. Coordenador** - Muito obrigado pela participação do Sr. Davi.

Passo a palavra ao Sr. Presidente, Deputado José Ferraz.

Registro de Presença

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência tem o prazer de registrar a presença dos nossos colegas da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Deputados José Valente e Fernando Leite.



Com a palavra, nosso coordenador.

**O Sr. Coordenador** - Iniciaremos de imediato a fase de debates. Cada debatedor disporá de 10 minutos. A primeira debatedora será a Sra. Maria Dalce Ricas, representante da Associação Mineira de Defesa do Ambiente. Com a palavra, a Sra. Maria Dalce Ricas.

Palavras da Sra. Maria Dalce Ricas

**A Sra. Maria Dalce Ricas** - Senhores componentes da Mesa, Sr. Presidente, meus agradecimentos, em nome da AMDA, pelo convite para participar deste debate.

Quanto à situação do São Francisco, não tenho muito mais a acrescentar ao quadro de calamidade pública descrito pelos expositores que me antecederam.

Gostaria, entretanto, de ressaltar mais um grande problema, relativo à cultura no Vale do São Francisco, que nos deixa lendas, poesias e músicas, e que está agonizando, com a extinção das populações ribeirinhas, em consequência da depredação do meio ambiente e do rio.

O rio São Francisco é um rio de ninguém. Qualquer um dos senhores que quiser abrir uma mineração ou ali garimpar, terá boas chances de não ser incomodado por nenhum dos órgãos estaduais ou federais. Se quiser chegar lá para desmatar alguns quilômetros na margem do rio, não precisa se preocupar, pois não será punido. Pode até ser feita a denúncia, mas quando esta chega à Justiça, não há mais jeito. Já houve o estrago. Seria inteligente caminharmos buscando uma conclusão lógica. Não existem políticos que orientem a sua atuação em relação ao São Francisco. É preciso acontecer uma coisa que não se faz neste País: contrariar interesses. Quando acontece um evento como o Parlamento das Águas, envolvendo o mais importante dos Poderes, que é o Poder Legislativo, que deveria ser o Poder do povo, passamos a pensar que os caminhos não são tão difíceis. Para se resolver a situação do São Francisco e da sua bacia, temos de contrariar interesses. Seria preciso extinguir a metade desses órgãos que cuidam do assunto, que só existem para malversar os recursos públicos e fazer política. O Poder Legislativo deveria cobrar do Executivo aquilo que ele não faz, mas que poderia fazer, como, por exemplo, uma política de irrigação. Todos podem ver que o rio Grande está secando, por falta de chuvas, e que não está sobrando água nem para as necessidades da população, porque todo mundo meteu a mão. Existe uma política de planejamento familiar? Como vamos acabar com a miséria neste País, se a nossa taxa de natalidade é altíssima? Quem tem a coragem de encarar o assunto? Seria medo de enfrentar a Igreja, ou medo de enfrentar a verdade? O uso da água das bacias hidrográficas é fundamental à vida. É por isso que defendemos uma lei de recursos hídricos. O papel mais importante do Parlamento é mudar leis, é dar abrigo jurídico que permita, inclusive, checar o importante papel do setor privado, do Executivo e, ao mesmo tempo, da Justiça, que tem sido omissa perante todos esses problemas. Nessas leis, estamos temerosos de que o controle de outorga do uso das águas passe a ser feito por um único setor, que ele seja corporativizado, embora a água seja um bem que possui diversas finalidades: social, econômica, cultural, entre muitas outras. A outorga do uso das águas está correndo o risco de ser retirada do Conselho Estadual de Política Ambiental, que é o órgão colegiado representado por diversos setores, e transferida para um órgão que vai controlar apenas o setorial dessas águas.

Jogar esgoto nos rios, vocês já notaram que é algo natural? Fotografei a Prefeitura de Nova Era basculando o lixo hospitalar da cidade no rio Piracicaba. Isso é normal em Minas Gerais e no resto do País. E, enquanto isso, existe uma lei de saneamento engavetada nesta Assembléia, há mais de dois anos. Por que será que ela não saiu ainda? Como jogar lixo nos rios será um crime, se a lei for promulgada, é provável que ela nos dê mais um instrumento jurídico para lutarmos contra a poluição dos rios.

Onde está a integração dos órgãos que atuam e que se sentem donos do rio? Antes ele não era de ninguém, agora está ameaçado de virar um rio de todo mundo que quer tirar votos, proveitos, etc.

Se não me engano, ouvi o Sr. Airson Bezerra Lócio dizer que foi contratada a FAO para fazer o diagnóstico do rio São Francisco. Depois, ouvi o Sr. Jairo Figueiredo dizer que foi contratada outra firma para fazer o mesmo diagnóstico da bacia do São Francisco. Ótimo, é preciso realmente conhecer a situação daquela bacia, mas pergunto: por que e para que os dois vão fazer o mesmo trabalho? Por que os dois não se entendem? O rio não é deles, não é da AMDA, não é do IBAMA. O rio é de todo mundo.

Um diagnóstico desses é realmente muito importante. Espero que ele seja feito realmente. Só lamento que seja feito de forma tão escondida. Talvez isso ocorra porque o resultado desse diagnóstico pode trazer muitas surpresas, ou melhor, surpresas não; pode trazer uma conclusão óbvia. E a conclusão óbvia é que o poder público não age e não fiscaliza.

Não temos outro caminho: se escolhermos o modelo de Executivo, Judiciário e Legislativo, que, não tenho dúvidas, é o melhor, é por meio deste modelo que devemos atuar.

O que se espera de um parlamento como esse? Parlamento das Águas, um pomposo nome. Como sociedade civil, espero que parlamento seja um fórum que dê à sociedade civil a

oportunidade de fazer as críticas cabíveis.

O que o parlamento tem sido até hoje se não um braço do Poder Executivo? Muitas vezes, ouve-se dizer, por exemplo, que está difícil manter-se uma determinada multa, porque o Deputado X está querendo tirá-la; ou que isso é de interesse da Prefeitura tal, que foi apoiada por tais Deputados; ou que determinado artigo foi colocado na lei porque o Deputado Y tem interesse nele. Ora, assim não vamos a lugar nenhum. Quando será que o parlamento vai fazer leis isentas de interesses? E não defendo aqui que as leis passem a atender os interesses da sociedade civil, que represento. Nós também cometemos erros. Nós também fazemos avaliações erradas. A verdade não está com um só. Mas é preciso que as leis deixem de atender a interesses particulares. E o mínimo que peço à sociedade de Minas Gerais é que trabalhe para que isso venha a se corrigir.

Quero cumprimentar o representante da Bahia, que foi um dos poucos que teve a coragem de falar a verdade aqui, hoje. Ele foi até muito bondoso: chamou de projeto a transposição das águas do rio São Francisco. Eu a chamo de delírio. Deve ter baixado o espírito de Mário Andreazza em Itamar Franco, no mínimo. Não chega a Transamazônica? Não chega Tucuruí? Não chega Balbina? Não chega o Projeto Jaíba? Não chegam os milhões de dólares que já foram desperdiçados neste País? Não é possível que tenhamos de ouvir isso outra vez! A quem será que se vai satisfazer? Claro que se vai continuar satisfazendo a indústria da seca no Nordeste.

O Presidente da República deveria ter vergonha de falar uma coisa dessas. Deveria ter consultado pessoas de maior conhecimento a respeito da bacia, para não afrontar o povo brasileiro com tamanha megalomania. Este País, aliás, só vê megalomanias. Talvez pelo fato de ser tão extenso, pensa-se apenas em obras grandiosas. Ninguém pensa em fazer coisas pequenas, atendendo à cultura de cada região, atendendo a necessidades regionais e possibilitando a autogestão de pequenas comunidades.

Quero falar um pouco sobre o papel do parlamentar. Hoje, as Prefeituras estão muito desinformadas: não sabem o que fazer com o lixo, não sabem que existem projetos alternativos para as redes de esgoto, etc. Por seu lado, o Executivo não dá a mínima orientação, é totalmente falho. É inimaginável o papel que os Deputados, que aqui representam regiões, poderiam ter junto a essas Prefeituras, orientando, levando informações, fazendo uma ligação com o Poder Executivo, trabalhando para que a questão não fosse vista de forma setorizada. Contudo, o que percebo é que, um mês após a eleição, a maior parte dos Deputados já está pensando na próxima eleição. E de concessão em concessão, para que sejam reeleitos, a atuação dos Deputados se circunscreve ao atendimento de reivindicações pessoais em detrimento de uma ação mais voltada para os interesses da sociedade.

Por fim, quero solicitar ao Parlamento das Águas que fiscalize o Executivo. É o Executivo quem executa, quem faz, e as coisas não têm sido feitas ou têm sido mal feitas. Agora, se o parlamento atuar como sociedade civil, se iniciativas como essa forem além das palavras, se apenas isso acontecer, já teremos conseguido muita coisa. Tenho certeza de que dessa forma o parlamento vai resgatar a dignidade e a confiança do povo brasileiro, que, infelizmente, como sabem os Deputados, estão muito debilitadas. Muito obrigada.

Esclarecimento sobre os Debates

**O Sr. Coordenador** - Antes de passar a palavra ao segundo debatedor, quero comunicar que estão abertas as inscrições para o debate. Solicitamos que o prazo de 3 minutos seja respeitado, e que o assunto seja bem objetivo e trate de um só tema, para que possamos ter maior participação.

Convido o segundo debatedor inscrito, Dr. José Theodomiro de Araújo, Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CEEIVASF. Com a palavra, o nosso ilustre convidado, que dispõe de 10 minutos.

Palavras do Sr. José Theodomiro de Araújo

**O Sr. José Theodomiro de Araújo** - Exmos. Srs. Deputado José Ferraz, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e da CIPE - São Francisco; Deputado Geraldo de Souza Coelho, representante do Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco; Deputado Pedro Alcântara, representante do Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia; Deputado Eliel Martins, demais integrantes da Mesa, senhores palestrantes, minhas senhoras e meus senhores. Como disse a Dra. Dalce, muito pouca coisa resta a se dizer após tantos expositores, mas a questão da degradação do rio São Francisco é tão grave que ainda sobra degradação de que falarmos.

Queremos nos referir, aqui, à parte mais sensível da bacia, que seria o trecho do semi-árido, quando o rio deixa o território de Minas Gerais, após o rio Verde Grande, e adentra o semi-árido, onde o balanço hídrico é deficitário (chove quase 250mm, e se evaporam 2.100mm). O rio bordejia algumas áreas já em processo de desertificação, como o Raso da Catarina, que fica nos limites da bacia do São Francisco com a bacia do Rosa, uma região sabidamente de fácil desequilíbrio, em função da climatologia e da própria característica do solo. Há, ainda, o oeste da Bahia, na região do cerrado,

onde o desejo de expansão de fronteiras agrícolas sem uma visão equilibrada de desenvolvimento sustentável vem fazendo com que o avanço da chamada agricultura moderna, nos cerrados, principalmente próximo às lavouras de soja, acabe ocasionando um volume muito grande de assoreamento e trazendo sérios transtornos às nascentes dos formadores dos rios Grande e Corrente.

**O Sr. Coordenador** - Agradecemos ao Sr. José Theodomiro pela sua participação. Passaremos à fase de debates entre os participantes aqui presentes. Convidamos o Deputado Geraldo Coelho, representante da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

#### Debates

**O Deputado Geraldo Coelho** - Sr. Presidente, Deputado José Ferraz, gostaria de solicitar um tempo à tarde, pois vim com a disposição de defender a transposição das águas do São Francisco. Com as participações anteriores, no entanto, já ganhei muitos subsídios que vão fortalecer a minha posição.

Devemos ter pessoas corajosas que defendam o desenvolvimento sustentável. Temos de segurar o homem no interior e não permitir o inchamento das cidades para depois ficar reclamando que os recursos que vão para o interior são grandes e inoportunos, enquanto se gastam CR\$70.000.000,00 por quilômetro construído de metrô. Se se multiplicar essa quantia por sessenta, em São Paulo, são, um gasto talvez desnecessário se o homem ficasse no interior explorando as reservas naturais e trabalhando de maneira ordenada. Não sou contra a preservação ecológica, sou contra a exacerbação de muitos que dificultam a execução de obras importantes.

Acredito que Minas, mais uma vez, com essa caixa d'água, será beneficiada para regular a descarga do São Francisco. Aquela água que temem faltar para Paraíba e Rio Grande do Norte passa pelo represamento dos rios.

De maneira que todos os depoimentos que ouvi hoje, aqui, me ajudaram para que eu faça uma colocação mais enfática. Não gosto de fazer retórica sobre a miséria e a seca. Chega de falar em Nordeste, bolsão de pobreza, Nordeste voraz, que leva o dinheiro do País, ou que se jogou o dinheiro num saco sem fundo.

Não aceito isso mais, porque sou de uma terra onde está provado que é possível o desenvolvimento pela irrigação. São quinze anos de trabalho efetivo. Estão ali Petrolina e Juazeiro dando exemplo para todo o Nordeste e sendo referencial para o mundo. Chegam empresários de todos os lugares para saber que novidade é essa que está acontecendo no semi-árido. Isso me envaidece.

A estrada que sai de Recife para Petrolina foi feita para socorrer os miseráveis. Hoje, a estrada leva a nossa produção, gerando dólares.

Temos de tudo para mostrar, em virtude dessa desconexão de planejamento e de trabalho dentro dessa bacia hidrográfica. Há mais de 30 anos, não se retira uma pá de areia sequer de dentro do São Francisco. Hoje, os 18 milhões de toneladas de material sólido arrastados, que vêm na calha do rio, produzem o desmatamento, ao mesmo tempo em que a agricultura avança sem racionalidade, produto de uma série de ações antrópicas dentro da bacia. A calha principal, por sua vez, tem sua navegação interrompida e sua economia deteriorada. Só em país onde a cabeça é usada apenas para separar as orelhas é que uma hidrovía como a do São Francisco é abandonada e permanece sem nenhum aproveitamento.

Na época do Império, houve uma carta régia que proibia os são-franciscanos de entrar em contato com as civilizações do sul. O próprio Carlos Lacerda, em seu livro "São Francisco: desafio e promessa", faz uma referência ao fato de que passamos o século XIX praticamente sem contato com a civilização, fechados dentro de nós mesmos. Isso foi uma vantagem, porque se criou uma cultura própria são-franciscana, com nossos próprios medos, esperanças e idiosincrasias. Somos vistos como os barranqueiros do São Francisco, graças a essa carta régia, que trouxe até nós uma civilização de troca, ao longo da calha principal do rio. Cita ainda que, durante todo o século XIX, a sociedade são-franciscana passou por demorado torpor, sendo despertada apenas pelo pestanejar dos pipocos dos bacamartes, das lutas dos senhores do rio para obter, pela força política, o direito à terra, como num campo de gibelinos, engalfinhados na luta pela posse da terra. Foi assim que passamos o século XIX.

Ainda no segundo Império, Dom Pedro II fez algumas andanças, contratou serviços técnicos. Robert Newman bem como o Teodoro Sampaio fizeram um levantamento do São Francisco.

Desde a primeira República, não progredimos absolutamente nada. Tem ficado apenas nisso. Hoje, temos uma geração de energia que compromete toda a água do rio, sem a preocupação de se construir a reserva necessária para conter o assoreamento e ter-se um estoque reservado a fim de se proteger esse rio e administrar melhor essa água, com uma distribuição equalizada dos seus diversos usos.

Não tomarei mais tempo. Agradeço ao auditório. Estamos muito felizes com a iniciativa da criação do Parlamento das Águas. Decidimos, inicialmente, por ser a CIPE o veículo que originou a criação desse parlamento, fazer a defesa da criação do Parlamento do São Francisco, por acharmos que o São Francisco é órfão politicamente.

De fato, se a CIPE não existisse, essa Assembléia Legislativa só saberia do que está se passando nos outros Estados. Cada um iria legislar para o seu pedaço de rio, o que poderia originar leis cumulativas ou prejudiciais a outras regiões.

Não me esqueço nunca de que, no Governo Newton Cardoso, saiu uma portaria determinando a instalação de um grupo de trabalho para estabelecer o plano diretor do São Francisco mineiro. Ora, se Minas, que é dona de quase todas as águas do São Francisco, estabeleceu um plano para o aproveitamento total dessas águas, o que será dos outros estados se Minas não tiver solidariedade para soltar as benditas águas que seu solo consegue expulsar, por sua topografia, em direção ao oceano, passando pelo semi-árido e salvando, assim, o Nordeste?

Assim, agradecemos a oportunidade que nos foi dada para, nessas breves palavras, conceituar o porquê da degradação, que se prende à má administração e à desordem administrativa dessa casa de Noca, que é a administração da bacia do São Francisco. Muito obrigado.

Todos esses assuntos discutidos aqui, referentes à degradação ambiental do São Francisco, são temas que sempre levantamos, em todas as oportunidades que nos dão de falar sobre esse massacrado e cansado Velho Chico.

Observamos na história que o abandono da bacia do São Francisco pelos poderes públicos sempre foi uma constante. Com certeza, fará parte dos discursos do próximo Presidente da República. Ela é peça dogmática em todos os discursos, mas, na realidade, atenção real ela nunca merece, não existe.

A partir de 1964, quando se desestruturou todo um aparato institucional criado para administrar corretamente o São Francisco, o planejamento vem sendo setorial. E a setorização resulta nesse confronto, confronto de uso e outros, que contribui para a degradação da bacia como um todo. O setor elétrico planeja dentro da sua área, o setor de irrigação planeja a expansão da irrigação. Então, fica um planejamento pontual e uma execução mais pontual ainda, porque, normalmente, esse planejamento não é feito com base nas necessidades da população, mas sim dentro da visão do administrador do momento, e cada administrador tem uma visão diferente. Não há uma conceituação formal da bacia como um todo na atividade de planejamento. Muitas vezes, ao ser dada a concessão para a construção de uma barragem para geração de energia, ela se choca com a instalação de um projeto de irrigação.

Podemos citar o caso do Jaíba. Existe, projetada, uma barragem que pode ser construída, a Barragem de Bananeira, e são previstos custos de desapropriação. A sociedade brasileira toma dinheiro para fazer um projeto de irrigação, fica pagando essa dívida e faz outra dívida para pagar. Essa é a grande baderna da administração do São Francisco. A CIPE-São Francisco vem lutando para uma coordenação mais adequada, em que os setores possam casar esses planejamentos, para que possa haver uma ação mais equilibrada.

O pior de tudo é que a grande vítima disso é o homem da bacia do São Francisco, para o qual se diz que está sendo construída alguma coisa, algum desenvolvimento. Mas, na verdade, ele é o grande esquecido. Os grandes investimentos que estão indo para a região, por exemplo, já levam seu pessoal, porque dizem que o homem da região não está preparado para assumi-los. Há um descuido com o homem, o que é altamente reprovável. Não se pode desenvolver uma região com o alicerce de uma sociedade mal preparada, analfabeta, e a sociedade do São Francisco é maltrapilha, sem saúde e analfabeta. Este, para mim, é um impacto da maior violência, é um estupro social que se comete ao se darem as costas à população e ao se dizer que estão fazendo desenvolvimento em prol do homem. O que se tem criado são desigualdades enormes e violentas. Enquanto se eleva o nível econômico de Petrolina, deixamos (...) do jeito que está. Lá é a "biafra" do São Francisco. Quando se levou lá um grupo de empresários da Califórnia, eu disse que, se pudesse, levaria esses homens para conhecer a "biafra" do São Francisco. Falou-se, aqui, em Mário Andreazza. Bato palmas para esse cidadão. Que Deus o tenha, porque foi um grande defensor do São Francisco. Ele fez um trabalho gigantesco no vale do São Francisco e no Nordeste. Temos muito respeito por esse cidadão. Tivéssemos, hoje, ministros como Mário Andreazza, e teríamos uma situação bem diferente em nossa região.

Sou um Deputado que vem de uma família que arregaçou as mangas para mostrar que o São Francisco é viável. Hoje, tenho vaidade de me apresentar em qualquer plenário, em qualquer situação. Tenho aqui o testemunho do Presidente da CODEVASF -, Airson Bezerra Lócio, que também teve suas dificuldades como Presidente da Comissão. Muitos projetos davam uma imagem péssima da irrigação. Apareceram muitos projetos de demagogos, de gente que queria se aproveitar para perturbar os colonos, de gente que dizia que irrigação era paternalismo. E a situação estava virando uma parafernália. O Presidente da Comissão, Sr. Airson Bezerra Lócio, foi muito corajoso. Soube, com muita dedicação, dar a volta por cima e, hoje, os colonos são realmente produtivos dando um grande exemplo para qualquer projeto de irrigação.

Voltarei, à tarde, com a minha tese sobre a transposição do São Francisco.

**O Sr. Coordenador** - Com a palavra, o Sr. Alen Santiago, Prefeito Municipal de

Coração de Jesus.

**O Sr. Alen Santiago** - Gostaria de tecer algumas considerações e, primeiramente, parabenizar o Estado da Bahia e os demais Estados por esta iniciativa. Apesar de estarmos cansados de reuniões, cansados de debates, estamos vendo que se abre uma pequena perspectiva para a solução dos problemas.

Gostaria de parabenizar a Dra. Maria Dalce, convidando-a para ir à nossa região. Sou Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE, que conta uns 50 municípios. Gostaria de dizer-lhe que, se por corrupção de alguns Deputados, o Congresso Nacional fechasse, isso não seria uma boa solução. Da mesma forma, se por alguns problemas havidos na SUDENE, ela fosse fechada, muitos municípios sairiam prejudicados. Não concordamos, sob muitos aspectos, com o fechamento da SUDENE.

Queremos ainda dizer que a Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE está financiando a TURMINAS, para que possa ser feito o inventário turístico da região, principalmente da região do São Francisco. As cidades de Ouro Preto, Caxambu, São Lourenço e outras são as primeiras prioridades, mas o rio São Francisco não se encontra nessa prioridade.

Juntamente com a UNICEF, a nossa Associação propôs um programa de planejamento familiar, não querendo se contrapor à Igreja. No Norte de Minas, começa-se hoje a fazer planejamento familiar. Na semana passada, estivemos reunidos com a Secretaria de Saúde, com todos os Secretários de Saúde e com a UNICEF para tratar do planejamento familiar do Norte de Minas.

A Maria Dalce, a Fundação João Pinheiro e a Secretaria de Assuntos Municipais não detêm sequer um cruzeiro a fim de realizarem cursos de aperfeiçoamento destinados ao pessoal das prefeituras, aqueles que têm melhores condições de fiscalizar.

Quero pedir ao Dr. Airson Lócio que reavalie a CODEVASF na questão da busca de águas. Em 1993, foram perfurados oito poços artesianos comunitários. Neste ano, ainda não conseguimos dar início às atividades, porque quatro máquinas, que custam CR\$12.000.000,00, não têm um martelo, para perfurar o subsolo e retirar água dali. Com isso, se conseguiria fixar o homem no local. Com um poço artesiano, é possível fixar 20 famílias, que deixariam de vir para as favelas de Belo Horizonte ou para as de São Paulo.

Queremos que tenham essa atenção para com Minas Gerais, por meio de convênios com o Governo do Estado e da SUDENOR, ou mesmo da Associação. Porém, todo o dinheiro que a CODEVASF recebe em Minas Gerais ela tem de remeter ao caixa central, que providencia licitações, etc. Com isso, há mais de seis meses o equipamento está quebrado, e não temos condições de consertá-lo.

Queremos também falar na necessidade de uma reavaliação do Departamento de Recursos Hídricos. O DRH, acredito, não tem hoje nenhuma função no Estado. Para citar um exemplo, lembramos o rio Riachão, que separa as cidades de Coração de Jesus, Brasília de Minas e Mirabela, beneficiando 5.000 famílias. O DRH e as outras entidades colocaram uma firma chamada AGROMONTE - e solicitei à CODEVASF que fizesse uma avaliação a respeito -, que, ao ligar suas turbinas, puxa 2/3 da água do rio na sua nascente. Já fizemos denúncias a todos os órgãos, inclusive ao Ministério Público, e não temos mais a quem apelar, embora nada tenha sido feito. Por fim, procurei o Cel. Néelson, Chefe de Gabinete, e o levei ao local para que visse o que está ocorrendo. Talvez, assim, conseguíssemos alguma solução, já que este ano, a partir do mês de julho, o rio estará seco e, provavelmente, 5.000 famílias irão para as favelas de Salvador, São Paulo e Belo Horizonte.

Precisamos também de uma reavaliação sobre o emprego do dinheiro público. Sabemos que as siderúrgicas, conforme o que foi publicado no "Minas Gerais" do dia 18/5/94, faturaram no ano passado US\$4.000.000.000,00. Esse faturamento é muito bom para Minas Gerais, mas, para isso, deixaram atrás de si a escravatura no campo e o dinheiro subsidiado para reflorestamentos, expulsando o homem daquele local, acabando com as nascentes e as lagoas. Só para se ter uma idéia da situação, dois dias antes de ser feita a fiscalização dos carvoeiros em Minas Gerais, a Polícia Florestal do Norte de Minas e o IEF não sabiam que essa operação seria realizada. Entretanto, todos os caminhoneiros o sabiam. Estamos cansados de saber que em postos próximos de Sete Lagoas há a venda de selos e notas fiscais frias, e que o carvão da Bahia tem sido comprado sem recolhimento de ICMS para o nosso Estado. Não temos como proceder a uma fiscalização, embora já tenhamos apelado para todos os órgãos.

Com relação ao rio São Francisco, em resposta à interessante observação do Dr. Davi, quero deixar registrado que procuramos o Dr. Célio, do IEF, para que possamos dar início aos trabalhos, com a participação das prefeituras, para replantar as matas ciliares. Embora seja uma ação de pequeno porte, é possível ser feita.

Como não estarei aqui presente, amanhã, finalizo falando a respeito da UNIVALE. Temos bastantes unidades que defendem o São Francisco. Acredito que qualquer reunião que inclua muitos Prefeitos ficará onerosa para as Prefeituras e não surtirá o efeito desejado. Gostaria de verificar quantos Deputados e Prefeitos estão presentes neste "Parlamento das Águas". Apenas dois Prefeitos estão aqui, apesar da importância do

evento. Queremos sugerir que a UNIVALE procure as associações municipais da Bahia, de Minas Gerais, Sergipe e Alagoas, pois, por meio delas, os Prefeitos estarão representados.

Finalizando, agradeço ao Presidente desta Casa, Deputado José Ferraz, e o parabeno por ser grande defensor do vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

**O Sr. Paulo Sérgio** - Senhores que compõem a Mesa, o nosso boa-tarde em nome dos municípios das barrancas do São Francisco. Queria rebater a minha amiga Dalce quando falou que o São Francisco não tem dono. Pelo menos no Município de Pirapora ele tem dono, sim! Garimpar e desmatar em Pirapora ninguém faz não! Lá temos a Polícia Florestal, a Marinha do Brasil e a Prefeitura.

Graças a Deus, a Companhia Vale do Rio Doce enxerga o rio São Francisco diferentemente do Governo Federal. Hoje, estamos transportando 8.000 toneladas por mês, e a Vale do Rio Doce, a partir de 1995, tem um projeto para triplicar esta tonelagem e aumentar também o calado - aqui está o Dr. Borato, da ex-PORTOBRÁS, que poderá, depois, fazer uma exposição sobre a nossa Pirapora-Petrolina navegável.

Queria agradecer ao Presidente da CODEVASF, porque hoje 25% da produção de uva Itália do Brasil saem de Pirapora, do Projeto Cotia-CODEVASF.

Meus senhores e minhas senhoras, o rio São Francisco para Pirapora é tudo, e a SUDENE também é tudo para o nosso município. Hoje, as indústrias instaladas em nossa cidade têm o tratamento mais moderno do Estado, tanto que a água devolvida ao rio pela Companhia Itacolomi de Cerveja, do Grupo Antártica, assim como pela Nomibrás, um grupo japonês, pode até ser bebida, de tão limpa que é.

Queria aproveitar a oportunidade para presentear o Presidente da Casa, Deputado José Ferraz, com uma lembrança do Prefeito Municipal de Pirapora. (- Pausa) Faço também, neste momento, a entrega de um presente ao Presidente da CODEVASF, como também ao representante do Governador Hélio Garcia, e, por fim, a um órgão que muito tem feito por Pirapora, a EMATER, por intermédio da Sra. Vanderlina Resende Paiva. (- Palmas.)

Meus senhores e minhas senhoras, em Pirapora o Governo Municipal está tentando salvar o Benjamin Guimarães, onde recebemos o Presidente Getúlio Vargas e vamos receber, agora em julho, o Presidente Itamar Franco, além de dois candidatos à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso e Lula.

Encerrando, quero deixar a todos um abraço fraterno da municipalidade de Pirapora, em nome do Dr. Amir de Ramos Abdala.

**O Sr. Coordenador** - Nossos agradecimentos ao Dr. Paulo Sérgio.

Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, temos uma pergunta para o Dr. José Cláudio Junqueira: "O que pode ser feito com relação ao córrego que atravessa a região dos Bairros Alípio de Melo, São José e adjacências, que se encontra superpoluído?"

Com a palavra, o Dr. José Cláudio.

**O Dr. José Cláudio Junqueira** - O Ressaca, afluente da Pampulha, que vai formar a Pampulha Onça, juntamente com outro seu tributário, o Sarandi, estão dentro do PROSAM - Programa de Saneamento da Bacia do Arrudas e do Onça. Esses córregos terão seus interceptores lançados, ou seja, todo esgoto doméstico que hoje cai no Ressaca passará a cair no receptor, que será conectado ao interceptor da lagoa da Pampulha, que já está pronto e será conectado ao interceptor do ribeirão do Onça. Este será executado até na desembocadura do Onça com o rio das Velhas, onde está prevista a construção de uma estação de tratamento de esgoto. Esperamos que o Ressaca tenha suas águas límpidas, assim como o ribeirão do Onça.

**O Sr. Coordenador** - Prosseguindo, chamo o Dr. Carlos Alberto Viana, engenheiro agrônomo.

**O Sr. Carlos Alberto Viana** - Senhores participantes do Parlamento das Águas, bom dia. Sou engenheiro agrônomo e há muitos anos fazendeiro da região de Sete Lagoas. Preocupa-me muito a questão da água, porque ela é essencial a todos nós, que não estaríamos aqui se não tivéssemos bebido um pouco de água há alguns dias. Digo sempre aos meus amigos e conterrâneos que a água deve ser tratada desde "criança", pois o primeiro pingo de água que cai do alto da serra deve ser cuidado com atenção. Milhões e bilhões de pingos de água formam uma pequena enxurrada, que, juntando-se a outras, forma uma enchente, como a que vimos do rio São Francisco, que lançou em Pirapora, há dois ou três anos, volume de água descomunal. De Três Marias para baixo não podemos deixar passar 10.000m<sup>3</sup> de água por segundo, porque assim haveria uma verdadeira montanha de água.

Isso começou no Brasil há 494 anos, com Cabral, que já chegou cortando pau. O facão dos bandeirantes também foi responsável pela devastação, porque por onde passa o homem é preciso passar primeiro o facão ou o machado. Rasgamos estradas por aí fora e não cuidamos de guiar as águas que caem no asfalto impermeabilizado entulhando de barro nossas baixadas, sem que alguém se preocupe com isso.

Essa erosão deveria ser muito bem contida por uma pequena barragem de segmentação abaixo das canaletas, o que beneficiaria sobremaneira as nascentes para baixo. Toda água deve ser contida, de maneira a penetrar no solo, poupança da natureza. Toda

essa parte da natureza tem capacidade para guardar erosão. Então, podemos fazer pequenas barragens a cada 100, 200 ou 500 metros das pequenas vazantes, tal como fiz em minha fazenda. Agi assim em minha microbacia, com cerca de 32km<sup>2</sup>, passando ali uma manilha 07 com água, na época da seca. Essa manilha corresponde à vazão de um litro por segundo. Na época da seca brava, poderemos colocar uma manilha 040, pois haverá cerca de 80 litros por segundo. Seria interessante fazer isso com todas as microbacias do rio São Francisco. Vamos pegar as fotografias da CEMIG e também da CODEVASF, pois vi em Pirapora, em 1977, ilustrações da situação na época de 7 de setembro.

Mas, se colocarmos os tratores nas vazantes das diversas fazendas, vamos represá-las, quer sejam do tamanho desta sala ou 10 vezes menor ou maior. Será feita uma retenção de água extremamente preciosa, pois vamos reter água "criança", que, junto a outras enxurradas, será transformada em água marginal por todo o São Francisco.

Tenho dados aqui do agreste, coletados pela revista "Globo Rural", em setembro de 1989. São 36.000.000.000m<sup>3</sup> de água que se perdem por ano no agreste nordestino. São 240mm de água por ano que são jogados fora.

Precisamos pensar pequeno para pensarmos grande. É preciso nascermos pequenos para crescermos. Segurar a enxurrada ainda "criança" e colocá-la em nosso subsolo para gerar energia elétrica para a CEMIG. Assim, não haverá os altos e baixos do São Francisco, com cheias ou secas demais. Muito obrigado.

**O Sr. Coordenador** - Com a palavra, o Sr. Manoel Castelo Branco, Prefeito de Três Marias.

**O Sr. Manoel Castelo Branco** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, o rio São Francisco não é hoje o rio da integração e da unidade nacional. Como afirmou o Sr. José Teodomiro, é um território de conflitos e divisões. Neste seminário, ainda há pouco, tiveram início as divisões a respeito do uso da água e dos interesses nacionais relativos ao São Francisco.

Hoje, o principal tema a ser discutido é a degradação ambiental e os esforços despendidos para preservar os rios. Amanhã, discutiremos a atuação de uma frente de Prefeitos que atuará no vale, à semelhança da CUT, e a atuação dos Deputados em relação ao São Francisco.

No debate de hoje se interpôs a questão do projeto de transposição das águas do São Francisco à altura do Município de Cabrobó, na divisa da Bahia com Pernambuco.

Estou no Município de Três Marias, no Alto São Francisco, fazendo divisa com a região da SUDENE. No Alto São Francisco, de São Roque a Três Marias, a região das nascentes é praticamente desconhecida pelas autoridades governamentais.

O São Francisco, até Pirapora, sofre influência do Nordeste e, no restante do território de Minas, da SUDENE. Esse é um dos grandes problemas do São Francisco, que não existe inteiro para as autoridades e instituições governamentais.

Nós, Prefeitos do vale, não estamos, em nenhum sentido, unificados, a não ser pelo fato de habitarmos as margens do rio São Francisco.

Trago uma reivindicação do alto São Francisco ao Presidente da CODEVASF, à CIPE, à CENVASF, a fim de se criar, em Minas Gerais, a segunda superintendência da CODEVASF, em Três Marias ou em Lagoa da Prata, municípios ribeirinhos, municípios da barranca, todos comprometidos com o rio São Francisco.

Sobre o Projeto Cabrobó, gostaria de dizer que Três Marias é contra. Além das razões alegadas pelo CENVASF, na reunião extraordinária, no último dia 19, em Salvador, o lago de Três Marias já opera fazendo o controle das águas para efeitos de navegação e de controle dos outros reservatórios. A jusante de Três Marias não suporta mais a intensificação da oscilação entre baixas e cheias do espelho d'água.

Concordo com o que disse o Sr. José Teodomiro. Pela manifestação de agora, percebemos que ainda que a CIPE seja um grande avanço na atuação institucional e política sobre o vale, não há um amadurecimento suficiente sobre o problema do São Francisco. Deveríamos criar o Parlamento do São Francisco, e não o Parlamento das Águas.

Ainda que o Prefeito de Coração de Jesus, Sr. Arnon Santiago, ache que se manifestou contra a UNIVALE, na verdade acabou se manifestando a favor. Quando disse que a discussão do vale deveria ser feita pelas microrregionais, ele propôs uma forma de os Prefeitos se unirem para discutir o destino do vale. O cerne da proposta da UNIVALE é que os Prefeitos criem um fórum de atuação e de planejamento. O turismo, por exemplo, só é pensado no São Francisco se for pensado com as diversas Prefeituras. Muito obrigado.

**O Sr. Coordenador** - Com a palavra, o Sr. Aelson José Zuca Lobato, Secretário do Meio Ambiente da cidade de Bom Despacho.

**O Sr. Aelson José Zuca Lobato** - Sr. Presidente, demais componentes do Parlamento das Águas, sinto-me gratificado por estar aqui presente. Estou vendo neste Parlamento das Águas não simplesmente as águas tranquilas das lagoas, mas o barulho forte das cachoeiras, manifestando-se por meio dos vários representantes, das entidades, como a Dulce, o Teodomiro, e os outros representantes do Nordeste.

A minha cidade fica no norte do São Francisco. Presenciando as discussões no Parlamento das Águas, lembrei-me da seguinte frase: "Bem-vindo o choque de idéias, bendito tudo aquilo que faz pensar." Pelo menos alguma coisa boa vai sair daqui. Alguém vai pensar sobre o problema do São Francisco.

Para nós, o São Francisco tem de ser olhado ainda "criança", na Serra da Canastra. Fizemos a I Semana do Meio Ambiente em Bom Despacho, e levamos mais de 40 estudantes para conhecerem o São Francisco, que ninguém conhece.

Achei muito importante a situação colocada aqui pela Dulce. Procuram-se criar programas, de todas as formas. Nessa hora eu me lembro que Ádipe Gateio dizia que o homem, o parlamento ou a instituição só assumem sua independência e ficam livres na hora em que não se ofendem com o sucesso alheio. O que acontece na política ambiental, em Minas Gerais, é que é feita uma programação, mas depois vêm outros políticos, outros interesses, e tudo é jogado cachoeira abaixo. Não existe uma vontade política real para resolver o problema. A Dulce está coberta de razão. No momento em que forem destinados recursos para os pequenos problemas do São Francisco, teremos condições de resolvê-los. O que eu sinto, como o Tarcísio e a Dulce também devem ter sentido, é que se falou aqui em mineração, em uma série de coisas, mas, há 10 anos, ocorreu um fato muito triste na nascente do São Francisco, que não foi mencionado. O rio foi violentamente agredido. Nós presenciamos, e as televisões mostraram, do alto do São Francisco até Três Marias, passando por Iguatama, Lagoa da Prata, Luz, Marinho Campos, foi descendo um material pelo fundo do rio e matando milhares de peixes. Não vimos ninguém se manifestar contra essa agressão.

É preciso que nós descaracterizemos um traço da personalidade do brasileiro, que é a descontinuidade. Há pouco tempo alguém disse que uma metáfora do comportamento brasileiro era a estrada Rio-São Paulo. A cada 100km, a estrada muda de material, de ferro para alvenaria e outros mais. Esta é uma metáfora da descontinuidade do povo brasileiro.

Solicitaria, neste Parlamento das Águas, que as pessoas tivessem a humildade de rever todos os programas para, a partir daqui, podermos começar, como disse um fazendeiro, enxergando a "criança" São Francisco, para que não aconteça mais aquilo a que estamos assistindo em todo lugar.

Sr. Presidente, Deputado José Ferraz, senhores presentes, Srs. Deputados Estaduais desta e de outras regiões, agora é a hora e a vez de transformarmos este parlamento num instrumento real para modificarmos o quadro da política ambiental mineira.

**O Sr. Presidente** - Muito obrigado por sua participação. Com a palavra, o Sr. Deputado Pedro Alcântara.

**O Deputado Pedro Alcântara** - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhores aqui presentes, volto à tribuna porque, na nossa fala, nos referimos apenas à transposição das águas do São Francisco para o Nordeste. Ouvimos a fala do presidente da associação que engloba os municípios membros da SUDENE e não viemos aqui para contestá-lo, mas apenas para nos justificar. Nós criamos o movimento S.O.S. São Francisco, na Bahia, evoluímos com a criação da comissão especial e posteriormente nos associamos a outros Estados para criarmos a CIPE - São Francisco. Hoje, discutimos no Parlamento das Águas também a criação da UNIVALE. Tenho 46 anos de idade, todos vividos no São Francisco e sei que o rio de hoje não é o mesmo de ontem nem será o de amanhã. Com a CIPE, aprendemos muito sobre o São Francisco. Conhecemos o São Francisco de Minas, de Sergipe, de Alagoas, onde tanto discutimos. Quando o Sr. Prefeito questionou aqui a presença de alguns Deputados de Minas, nós registramos, pelo painel eletrônico, a presença de 20 Deputados que aqui estiveram e que ainda permanecem neste parlamento. Para sermos justos, gostaríamos não de defender, mas de dar um testemunho da atuação de Deputados como José Ferraz, como o ex-Presidente desta Casa, Deputado Romeu Queiroz, como os Deputados Clêuber Carneiro, Sobral, Wanderley, que verdadeiramente lutam pelas questões do São Francisco em todos os Estados.

É importante que cada cidade tenha seu núcleo de defesa do São Francisco. Na questão da UNIVALE, o Prefeito é de fundamental importância. Ele está ali, na beira do rio, vivendo o problema. Ele, com uma política local, tem condições de fiscalizar. Onde o cidadão trabalha e produz, ele tem que fiscalizar. Repito que a questão da UNIVALE é fundamental para a sobrevivência do São Francisco.

Nesta altura, não estamos discutindo o futuro do rio, mas sim sua preservação.

O rio São Francisco apresenta uma diferença em relação a todos os grandes rios do mundo. O rio Nilo, que é comparado ao São Francisco, tem uma carga tributária maior, pois é fonte permanente de água. O São Francisco nasce de minadouros, como na serra da Canastra em Minas Gerais. A outra carga tributária vem da queda pluviométrica. Já nem discuto a retirada de água de cada Estado. Se não houver uma política definida para o rio São Francisco, no ano de 2020, ele será um rio morto.

Vamos seguir o exemplo do rio Tietê, em São Paulo. Em comparação com o rio São Francisco, ele é um riacho. A recuperação desse rio, hoje, está custando aos cofres



da Prefeitura e do Estado de São Paulo mais de US\$2.000.000.000,00. Imagine se o São Francisco morrer. Estou convicto de que, se nós, são-franciscanos, não lutarmos para a recuperação de nosso rio, no ano 2020, vamos dizer: "era um rio". Só restará um caminho de areia.

Já temos vários trabalhos, já foram feitas várias palestras a respeito da recuperação desse rio. Os estudiosos da questão bem sabem disso. Por isso, meu caro Prefeito, Presidente da associação desse município, a criação da UNIVALE é de fundamental importância. Gostaria de ver cada cidade ribeirinha lutando pela sobrevivência do São Francisco.

O rio está agonizante. Outrora víamos aquelas águas verdes do rio São Francisco parecendo esmeralda líquida, hoje existem lágrimas pedindo pela preservação do rio. Aquela região sem o rio São Francisco será um imenso deserto. Ali, a única fonte de riqueza que temos é o rio.

Se hoje são caros os projetos de irrigação, sei quanto custou o suor do colono. Existe a política errada da CODEVASF, até na seleção dos colonos. Conheço o sofrimento dos colonos, que hoje não podem pagar sequer a energia elétrica. É extorsivo o preço cobrado. A água também é cara para o agricultor. Assim, não podemos admitir que projetos megalomaniacos sejam implantados no rio São Francisco, quando não conseguimos viabilizar nem projetos para colonos que vivem à margem do rio.

Os grandes empresários estão bem. Estão exportando a uva, o limão taiti, a manga, a acerola, que já começa a ficar saturada neste País. Não há planejamento para nada neste País, porque não há Ministro do Planejamento e, muito menos, da Agricultura, para fazerem uma política agrícola para nossa região. Esses projetos estão errados, e vamos mostrar por quê. Não culpo a CODEVASF. Ela sabe que sou um parceiro dela em todas as lutas. O Sr. Presidente bem sabe disso. Não podemos tapar o sol com a peneira. Precisamos preservar o rio São Francisco até para o consumo humano. Existem municípios na minha região que estão precisando de água para irrigar a garganta. Não podemos admitir projetos megalomaniacos para irrigar terras, cujo custo será de US\$100.000,00 por hectare irrigado.

Os colonos que vivem às margens do rio estão passando fome e não conseguem pagar as contas do Banco do Brasil.

O Banco do Brasil bem sabe como está a situação dos colonos que vivem às margens do rio São Francisco.

**O Sr. Coordenador** - Encerrando os trabalhos, passo a palavra ao Sr. Presidente da Casa.

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - Cumprido o objetivo da reunião, a Presidência agradece a presença dos ilustres convidados e participantes e convoca os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, a qual será interrompida para o prosseguimento dos trabalhos da 6ª Reunião da CIPE. Levanta-se a reunião.

---

### **ATA DA 284ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 7 DE JUNHO DE 1994**

Presidência do Deputado José Ferraz

**SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA):** Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.990/94; parecer oral sobre a matéria; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 8, 10, 12, 13, 15, 17 e 18; aprovação; votação das Emendas nºs 9, 11, 14 e 16; rejeição - Inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos - **ENCERRAMENTO.**

#### **ABERTURA**

- Às 20h8min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - Elmiro Nascimento - Rêmoló Aloise - Bené Guedes - Sebastião Helvécio - Amílcar Padovani - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Antônio Carlos Pereira - Antônio Fuzatto - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Pinheiro - Arnaldo Canarinho - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Célio de Oliveira - Cléuber Carneiro - Cássimo Freitas - Dílzon Melo - Eduardo Brás - Ermano Batista - Francisco Ramalho - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Homero Duarte - Ibrahim Jacob - Jaime Martins - João Batista - João Marques - Jorge Eduardo - Jorge Hannas - José Laviola - José Leandro - José Maria Pinto - José Renato - Kemil Kumaira - Márcio Miranda - Maria Olívia - Mauri Torres - Milton Salles - Raul Messias - Reinaldo Lima - Roberto Amaral - Roberto Luiz Soares - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Simão Pedro Toledo - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wellington de Castro.

**O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz)** - A lista de comparecimento registra a

existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª PARTE

##### Ata

- O **Deputado Geraldo Rezende**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

**O Sr. Presidente** - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.990/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização da Universidade Estadual de Montes Claros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Educação, e 6 a 8, que apresenta. Esta Presidência consulta o ilustre Deputado Roberto Amaral se está em condições de emitir seu parecer.

**O Deputado Roberto Amaral** - Sim, Sr. Presidente. (- Lê:)

"Parecer Oral do Deputado Roberto Amaral, Relator do Projeto de Lei nº 1.990/94

Examinando acuradamente as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 1.990/94, somos pela aprovação das Emendas nºs 10, 12, 13 e 15, de iniciativa da Deputada Maria José Haueisen e do Deputado Adelmo Carneiro Leão, bem como das Emendas nºs 17 e 18, que, neste instante, submeto à apreciação do Plenário. Quanto às Emendas nºs 9, 11, 14 e 16, também dos Deputados citados, concluimos que devem ser rejeitadas.

- Vêm à Mesa:

#### Emendas ao Projeto de Lei Nº 1.990/94

##### EMENDA Nº 17

Dê-se ao § 2º do art. 25 a seguinte redação:

"Art. 25 - .....

§ 2º - A regulamentação e a realização dos concursos públicos para os cargos da UNIMONTES serão de competência da Universidade, mediante autorização do Conselho Universitário."

Sala das Reuniões, 7 de junho de 1994.

Roberto Amaral

Justificação: A emenda em questão atribui à Universidade a regulamentação e a realização dos concursos públicos, mas exige prévia autorização do Conselho Universitário.

##### EMENDA Nº 18

Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

"Art. 7º - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão técnico superior de deliberação e supervisão, em matéria de ensino, pesquisa e extensão, cabendo, de suas decisões, recurso ao Conselho Universitário da UNIMONTES."

Sala das Reuniões, 7 de junho de 1994.

Roberto Amaral

Justificação: A emenda visa a permitir que, das decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, caso se julgue necessário, possam os interessados recorrer à última instância deliberativa no âmbito acadêmico, o Conselho Universitário, ao qual caberá a última palavra.

**O Sr. Presidente** - Registrem-se as palavras do relator. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, as emendas que receberam parecer pela rejeição. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Fica, portanto, aprovado o Projeto de Lei nº 1.990/94 com as Emendas nºs 1 a 8, 10, 12, 13, 15, 17 e 18. À Comissão de Redação.

#### ENCERRAMENTO

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência, verificando de plano que já não existe "quorum" para prosseguimento dos nossos trabalhos, encerra a presente reunião e convoca os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 8, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, destinada a homenagear o Colégio Santo Agostinho pelo transcurso do 60º aniversário de sua fundação. Levanta-se a reunião.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

---

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 1.363/93**

Comissão de Meio Ambiente  
Relatório

De autoria do Deputado Gilmar Machado, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a criação de área de preservação permanente na bacia hidrográfica do rio Uberabinha.

Publicado, foi o projeto distribuído, nos termos regimentais, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1.

Cabe, agora, a esta Comissão emitir parecer quanto ao mérito do projeto de lei em destaque.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.363/93, ao propor a criação de área de preservação permanente na bacia do rio Uberabinha, visa à preservação do ecossistema ribeirinho, importante para a manutenção do regime hidrológico na região. Pretende, também, assegurar condições para perpetuar significativa área verde remanescente do cerrado, bem como preservar as veredas, essenciais para a sobrevivência da fauna, pois funcionam como refúgio, principalmente para a avifauna da região.

Os "covoais", importante feição paisagística localizada nas cabeceiras de drenagem que formam amplas e suaves depressões brejosas, merecem destaque especial. Entre esses "covoais" são formadas pequenas depressões arredondadas, preenchidas por água cristalina, rica em fauna e flora aquáticas, na estação úmida.

A ocupação econômica da bacia do rio Uberabinha vem se dando de forma indiscriminada, colocando em risco o ecossistema ribeirinho e desrespeitando o Decreto nº 33.944, de 18/9/92, no seu art. 7º, que trata das áreas de preservação permanente.

Para adequar melhor o projeto de lei em questão ao que dispõe sobre a política florestal do Estado e a fim de resguardar as características próprias do ecossistema da bacia do rio Uberabinha, apresentamos o Substitutivo nº 2, redigido ao final deste parecer.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.363/93 na forma do Substitutivo nº 2, que ora apresentamos, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 8 de junho de 1994.

Ronaldo Vasconcellos, Presidente - João Batista, relator - Ivo José - Maria Elvira.

**SUBSTITUTIVO Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 1.363/93**

Dispõe sobre a criação de área de preservação permanente na bacia hidrográfica do rio Uberabinha e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam declarados como Área de Preservação Permanente - APP - do Rio Uberabinha os terrenos que integram a bacia hidrográfica do rio Uberabinha, nos Municípios de Uberlândia e Uberaba.

Parágrafo único - Os limites da área de que trata o "caput" deste artigo são aqueles definidos pelo art. 7º do Decreto nº 33.944, de 18/9/92, que regulamenta a Lei nº 10.561, de 27/12/91, incluindo-se ainda todo o campo hidromórfico, onde estão inseridos os buritis, as matas ciliares, as veredas, os "covoais" e os pequenos núcleos remanescentes da cobertura vegetal de cerrado próximos aos limites da área hidromórfica.

Art. 2º - A Área de Preservação Permanente prevista no artigo anterior destina-se a:

- I - perpetuar a preservação de significativa área verde remanescente do cerrado;
- II - proteger o ecossistema ribeirinho para a manutenção do regime hidrológico;
- III - resguardar importante feição paisagística, formada pelos "covoais" de cabeceira de drenagem;
- IV - assegurar condições para a proteção da avifauna, da mastofauna, da herpetofauna, da anurofauna e da fauna ribeirinha em geral;
- V - impedir ações de desmatamento e degradação ambiental, de drenagem, de aterro, de obstrução de canais e de outras que descaracterizem o ecossistema da bacia, resguardando o efeito estabilizador da cobertura vegetal contra o aparecimento de pontos suscetíveis à erosão;
- VI - estimular a melhoria da qualidade ambiental de áreas circunvizinhas.

Art. 3º - É proibido, na Área de Preservação Permanente:

- I - suprimir total ou parcialmente a cobertura vegetal;
- II - realizar obras que importem ameaça ao equilíbrio ecológico ou que atentem

contra os objetivos de que trata o artigo anterior;

III - instalar unidades industriais de terraplenagem, de aterro e demais obras de construção civil;

IV - pescar com utilização de instrumentos de emalhar, tais como redes, tarrafas ou assemelhados.

Art. 4º - Compete ao Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM -, em conjunto com a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM - e em articulação com as Prefeituras Municipais de Uberlândia e de Uberaba, definir as condições de manejo, fiscalização, supervisão e administração da APP do rio Uberabinha.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 8 de junho de 1994.

João Batista, relator.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 1.563/93**

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária  
Relatório

De autoria do Deputado João Batista Rodrigues, o projeto em tela estabelece a obrigatoriedade de exame otorrinolaringológico nas crianças em idade escolar.

No 1º turno, o projeto foi aprovado na forma do Substitutivo nº 1.

Retorna, agora, a esta Comissão, a fim de ser examinado no 2º turno.

Nos termos do art. 196, § 1º, do Regimento Interno, apresentamos, em anexo, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição em pauta não encontra óbice do ponto de vista financeiro-orçamentário à sua aprovação. Versa sobre a necessidade de realização de exames otorrinolaringológico e oftalmológico em alunos carentes das escolas públicas estaduais, e as despesas decorrentes de sua execução correrão à conta de dotações consignadas no orçamento estadual.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.563/93 na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - Baldonado Napoleão, relator - Roberto Amaral - Marcos Helênio - Bernardo Rubinger.

**Redação do Vencido no 1º Turno  
PROJETO DE LEI Nº 1.563/93**

Obriga o Poder Executivo a oferecer tratamentos oftalmológico e otorrinolaringológico gratuitos aos alunos carentes das escolas públicas estaduais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado a oferecer, gratuitamente, tratamentos oftalmológico e otorrinolaringológico aos alunos carentes das escolas públicas estaduais portadores de deficiência evidenciada pelos testes previstos na Lei nº 10.868, de 25/8/92.

§ 1º - O tratamento a que se refere este artigo compreende o fornecimento de óculos, próteses, medicamentos e a realização dos procedimentos, inclusive cirúrgicos, necessários à cura ou ao controle da doença, quando for o caso.

Art. 2º - A unidade escolar poderá exigir, em caso de desinteresse do portador de deficiência, declaração expressa da renúncia ao tratamento, firmada pelo referido portador, se maior de idade, ou por seu representante legal;

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - Baldonado Napoleão, relator.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI  
Nº 1.975/94**

Comissão de Administração Pública  
Relatório

O projeto de lei em epígrafe, da Deputada Elisa Alves, objetiva dar a denominação de Geraldo Gomes de Menezes à Rodovia MG-341, que liga a cidade de Tapira à Rodovia MG-428.

Após publicado, o projeto foi encaminhado para exame preliminar à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade.

Vem, agora, a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos regimentais.

#### Fundamentação

O projeto em análise pretende homenagear o Sr. Geraldo Gomes de Menezes, que viveu na cidade de Tapira e a ela dedicou seu trabalho como médico, farmacêutico e psicólogo.

O trecho da estrada em questão não possui denominação oficial e a pessoa que se pretende homenagear é figura que se notabilizou como Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito, no exercício de suas funções e deveres.

É, portanto, justa e oportuna a homenagem que ora se pretende fazer, como forma de reconhecer o valioso trabalho realizado pelo Sr. Geraldo Gomes de Menezes em benefício daquela municipalidade.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.975/94, no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1994.

Antônio Fuzatto, relator.

#### **PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.604/93**

Comissão de Administração Pública

#### Relatório

O projeto de lei sob apreciação, do Deputado Sebastião Helvécio, visa a declarar de utilidade pública a Associação Comercial de Juiz de Fora, com sede no Município de Juiz de Fora.

Aprovada no 1º turno na forma original, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Associação Comercial de Juiz de Fora, fundada em 1.896, é uma sociedade civil que tem por finalidade a defesa dos legítimos interesses das classes produtoras do Município de Juiz de Fora, promovendo, por todos os meios a seu alcance, o desenvolvimento e a prosperidade de seus representados e contribuindo para o bem-estar da comunidade.

Pela ação de relevante alcance social que tem desenvolvido em seus quase 100 anos de existência, a entidade merece que lhe seja concedido o título declaratório de utilidade pública.

#### Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.604/93, no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1994.

Dílzon Melo, relator.

#### **PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.699/93**

Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária

#### Relatório

De autoria do Deputado Tarcísio Henriques, o Projeto de Lei nº 1.699/93 dispõe sobre a obrigatoriedade de construção de eclusas em todas as obras de represamento de rios para fins de aproveitamento energético.

Aprovado em 1º turno com as alterações propostas por meio das Emendas nºs 1 e 2, o projeto retorna a esta Comissão, nos termos do art. 196, c/c o art. 103, XII, do Regimento Interno, para o 2º turno de deliberação conclusiva.

Durante a tramitação, foi anexado a este processo, por determinação do Presidente desta Casa e de acordo com o art. 179 do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 1.787/93, do Deputado Geraldo Rezende, por se tratar de matéria semelhante à da proposição ora analisada.

#### Fundamentação

O projeto de lei em tela, com as alterações propostas pelas Emendas nºs 1 e 2, apresentadas em 1º turno pela Comissão de Constituição e Justiça, torna obrigatória a construção de eclusas nas barragens a serem construídas no Estado, a fim de possibilitar o transporte fluvial. Estabelece ainda o prazo de 10 anos para que obra desse tipo seja implantada nas barragens já existentes em Minas Gerais.

A relevância da proposição é evidente, em um momento em que se discute o papel das hidrovias em todo o território nacional. Há, entretanto, no Projeto de Lei nº 1.699/93, aspectos a serem considerados e aperfeiçoados, para que se torne factível a aplicação da futura lei.

É com esse intuito que lembramos a impossibilidade de se obrigar, por lei, a construção de eclusas em todas as barragens que foram construídas no Estado. Para cada caso específico, é necessária a análise da viabilidade técnico-econômica e a averiguação sobre o porte e o potencial de navegabilidade do curso d'água a ser barrado.

Argüimos, também, a obrigatoriedade, ainda que em prazo razoavelmente dilatado, de serem implantadas eclusas nas barragens já existentes em nosso Estado. Em sua grande

maioria, serão obras sem qualquer finalidade ou totalmente inviáveis, em face das condições do terreno local.

As hidrovias, ainda que sejam elementos chave da disseminação do progresso, devem ser precedidas de estudos amplos e profundos das bacias hidrográficas.

Assim, considerando a importância da matéria em apreciação e a relevante contribuição oferecida pelo Projeto de Lei nº 1.787/93, do Deputado Geraldo Rezende, é que apresentamos o Substitutivo nº 1.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.699/93 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

### **SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.699/93**

Condiciona a concessão de licença ambiental para obras de barramentos em rios navegáveis à apresentação de estudo técnico-econômico de viabilidade de implantação de eclusas para fins de navegação e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A concessão de licença ambiental para realização de obras de barramento em rio navegável fica condicionada à apresentação, ao órgão estadual competente, de estudo técnico-econômico de viabilidade de implantação de eclusa para fins de transporte hidroviário, sem prejuízo das demais exigências legais.

Art. 2º - Os concessionários da exploração de barragens já existentes nos rios navegáveis do Estado deverão encaminhar ao órgão estadual competente, no prazo de 5 (cinco) anos contados da promulgação desta lei, o estudo técnico-econômico de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - Para os efeitos do disposto nos arts. 1º e 2º desta lei, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos definirá os rios ou os trechos de rios navegáveis.

Art. 4º - O Estado, ao articular-se com a União na exploração dos serviços e na construção e na operação das instalações hidroenergéticas, levará em conta o aproveitamento do potencial de navegabilidade dos cursos d'água, com vistas a atender ao uso múltiplo dos recursos hídricos.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 9 de junho de 1994.

Ailton Vilela, Presidente - Hely Tarquínio, relator - Francisco Ramalho.

### **Redação do Vencido no 1º Turno PROJETO DE LEI Nº 1.699/93**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção de eclusas em todas as obras de represamento de rios para fins de aproveitamento energético.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É obrigatória a edificação de eclusas nas barragens a serem construídas no Estado, a fim de possibilitar o transporte fluvial.

Art. 2º - Nas barragens já existentes, será estabelecido o prazo máximo de 10 (dez) anos para que essas eclusas sejam construídas.

Art. 3º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

---

## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

---

### **EDITAL GPC Nº 1/94**

Processo Seletivo Interno para Composição do Banco de Potencial de Gerenciamento e Assessoramento - BPGA (Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, e 5.142, de 31/5/94;

Deliberações da Mesa nºs 970, de 1993, 1.029, de 1994 e 1.060, de 1994)

O Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia, ouvida a Câmara de Secretários do Conselho de Administração de Pessoal e autorizado pela Mesa da Assembléia, faz saber que se encontram abertas as inscrições para o processo seletivo interno destinado à admissão de servidores da Casa no Banco de Potencial de Gerenciamento e Assessoramento, para as posições de Função Gratificada de Gerência-Geral (FGG), Função Gratificada de Nível Superior (FGS), Função Gratificada de Nível Médio (FGM) e

Função Gratificada de Assessoramento I (FGA-I).

**1 - Das atribuições gerais das posições que compõem o sistema de gerenciamento da Secretaria da Assembléia Legislativa:**

**1.1 - Funções Gratificadas de Gerência-Geral (FGG), no primeiro grupo, de natureza organizacional de nível superior:**

**a)** responsabilizar-se pelos resultados desejados, por meio da coordenação dos trabalhos dos Gerentes das áreas, orientando-os na organização das ações operacionais, além de elaborar e acompanhar planos e projetos específicos;

**b)** garantir uma postura profissional alinhada com os valores do quadro funcional, nos termos do Documento Básico para a Gestão Administrativa constante na Deliberação da Mesa nº 1.060, de 17/5/94;

**c)** responsabilizar-se pela capacitação, pelo desenvolvimento, pela orientação técnica e pela integração dos recursos humanos que compõem sua equipe;

**d)** manter-se atento às oportunidades de melhoramento que acarretem maior eficácia nos resultados;

**e)** responsabilizar-se pela gestão dos recursos financeiros, materiais e de tecnologia em sua área de atuação;

**f)** enfatizar, em sua área, as relações internas de parceria com os demais ocupantes de posição gerencial na Secretaria;

**g)** procurar a permanente superação dos índices de eficiência de suas atividades e o cumprimento de suas metas orçamentárias, buscando a melhoria da relação custo-benefício.

**1.2 - Funções Gratificadas de Gerenciamento de Nível Superior (FGS), no segundo grupo, de natureza operacional de nível superior:**

**a)** responsabilizar-se pela coordenação das equipes de trabalho do nível operacional, assegurando os resultados desejados de cada um dos setores da Secretaria;

**b)** responsabilizar-se pela integração, capacitação, desenvolvimento e orientação técnica dos recursos humanos que compõem sua equipe;

**c)** responsabilizar-se pela elaboração, implementação e resultados dos planos de ação e das metas administrativas do setor, em consonância com o Gerente-Geral e o planejamento institucional estratégico;

**d)** responsabilizar-se pela gestão racional e eficaz dos recursos financeiros, materiais e tecnológicos de seu setor;

**e)** atuar em parceria, tendo em vista a integração com os demais ocupantes de posição gerencial;

**f)** participar, com o titular da área, do acompanhamento, da avaliação e do julgamento das ações empreendidas e dos resultados alcançados, propondo, nos casos pertinentes, as ações corretivas necessárias.

**1.3 - Funções Gratificadas de Nível Médio (FGM), no terceiro grupo, de natureza operacional de nível médio:**

**a)** responsabilizar-se pelo apoio e pela assistência operacional em atividades específicas da unidade administrativa;

**b)** organizar e supervisionar atividades de apoio administrativo, visando à execução dos planos de ação operacionais;

**c)** responsabilizar-se pela gestão racional e eficaz dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos de seu setor;

**d)** auxiliar na realização de atividades técnicas, no desenvolvimento de estudos, pesquisas e controles e no acompanhamento de projetos de médio nível de complexidade.

**1.4 - Função Gratificada de Assessoramento I (FGA-I):**

**a)** garantir suporte técnico especializado ao titular da área nos projetos e processos decisórios;

**b)** realizar estudos técnicos, pesquisas, controles e acompanhamento de projetos.

**2 - Da inscrição:**

São condições para a inscrição:

**2.1 - No caso de Função Gratificada de Gerência-Geral (FGG):**

**2.1.1 -** ser ocupante de cargo efetivo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, ou de Procurador;

**2.1.2 -** estar posicionado, pelo menos, no padrão AL-39;

**2.1.3 -** contar tempo igual ou superior a 5 (cinco) anos de efetivo exercício na Secretaria da Assembléia;

**2.1.4 -** possuir curso de nível superior de escolaridade.

**2.2 - No caso de Função Gratificada de Nível Superior (FGS):**

**2.2.1 -** ser ocupante de cargo de Oficial ou de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, ou de Procurador, no caso de servidor efetivo;

**2.2.2 -** ser ocupante de cargo ou detentor de função pública classificado como Oficial ou Técnico de Execução, no caso de servidor do Grupo de Execução de Apoio à Administração, de que trata a Deliberação da Mesa nº 1.025, de 1994;

**2.2.3 -** contar tempo igual ou superior a 3 (três) anos de efetivo exercício na Secretaria da Assembléia;

2.2.4 - estar posicionado, pelo menos, no padrão de vencimento AL-26, observado o disposto no art. 6º da Resolução nº 5.134, de 1993;

2.2.5 - possuir curso de nível superior de escolaridade.

2.3 - No caso de Função Gratificada de Nível Médio (FGM):

2.3.1 - ser ocupante de cargo de Agente ou de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, no caso de servidor efetivo;

2.3.2 - ser ocupante de cargo ou detentor de função pública classificado como Agente ou Oficial de Execução, no caso de servidor do Grupo de Execução de Apoio à Administração;

2.3.3 - contar tempo igual ou superior a 3 (três) anos de efetivo exercício na Secretaria da Assembléia;

2.3.4 - estar posicionado, pelo menos, no padrão AL-11, observado o disposto no art. 6º da Resolução nº 5.134, de 1993;

2.3.5 - possuir curso de nível de 2º grau de escolaridade.

2.4 - No caso de Função Gratificada de Assessoramento I (FGA-I)

2.4.1 - estar posicionado, pelo menos, no padrão AL-26;

2.4.2 - possuir curso de grau superior de escolaridade;

2.4.3 - contar, no mínimo, 3 (três) anos de efetivo exercício na Secretaria da Assembléia Legislativa.

### 3 - Do requerimento de inscrição:

O servidor, munido do seu cartão magnético de frequência deverá comparecer no 1º andar do Edifício Tiradentes, no período de 14/6/94 a 24/6/94, entre as 10 e as 16 horas, devendo, ainda:

3.1 - preencher e assinar requerimento de inscrição, em modelo próprio, optando pelo processo seletivo para uma das posições a que se referem os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4;

3.2 - apresentar comprovante de escolaridade, conforme especificado neste edital (original e xérox).

### 4 - Do processo seletivo:

Serão avaliados, por meio de provas escritas, os conhecimentos referentes a:

4.1 - noções de Direito: elementos de Teoria Geral do Estado e de Direito Administrativo;

4.2 - aspectos histórico-político-culturais do Poder Legislativo mineiro, com suas implicações no desempenho das atividades da Secretaria, e a composição atual da Assembléia Legislativa;

4.3 - funções básicas de administração e de sistemas de informação e principais instrumentos normativos de gestão administrativa da Secretaria da Assembléia, cujo domínio constitua fator importante para o bom desempenho das posições a serem selecionadas através do BPGA.

### 5 - Da realização das provas:

5.1 - O candidato deverá comparecer aos locais previstos para a realização das provas com 30 (trinta) minutos de antecedência, portando o crachá de identificação.

5.2 - Estará automaticamente excluído da seleção o candidato que:

5.2.1 - retirar-se do recinto durante a realização de qualquer das provas;

5.2.2 - tornar-se culpado de incorreção ou descortesia para com os examinadores, seus auxiliares ou quaisquer outras autoridades presentes;

5.2.3 - for flagrado em comunicação com outro candidato ou qualquer pessoa, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, ou utilizar notas, livros ou impressos, salvo os que forem expressamente permitidos.

5.3 - As questões rasuradas na folha de respostas de testes de múltipla escolha serão anuladas.

5.4 - Para cada posição integrante do BPGA haverá uma prova de grau diferenciado de complexidade.

5.4.1 - A prova terá duração de 3 (três) horas e constará de até 20 (vinte) questões, discursivas ou de múltipla escolha.

5.5 - O calendário de realização das provas é o constante no Anexo I.

5.6 - Atribuir-se-á nota 0 (zero) à prova que apresentar sinal ou convenção que possibilitem sua identificação.

5.7 - O programa relativo às provas é o constante no Anexo II, indicada bibliografia tão-somente como sugestão de leitura, não se limitando necessariamente a ela as questões das provas.

### 6 - Da classificação dos candidatos:

6.1 - Os resultados das provas serão expressos em pontos de 0 (zero) a 100 (cem).

6.2 - Na correção das questões discursivas haverá desconto de pontos de acordo com os seguintes critérios:

Tipo de Erro	Desconto por Erro	
	FGG, FGS	FGM, FGA
- De ortografia (inclusive acentuação gráfica)	1,0	0,5 ponto



- De pontuação 1,0 0,5 ponto
- De morfossintaxe 1,0 0,5 ponto
- De estruturação do período 1,0 0,5 ponto
- De propriedade vocabular 1,0 0,5 ponto
- De adequação ao tema proposto e seu desenvolvimento 1,0 0,5 ponto.

**6.3** - Será considerado aprovado o candidato que obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos totais distribuídos.

**6.4** - Não se atribuirá nota a candidato desclassificado.

**6.5** - O candidato aprovado passará a compor, automaticamente, o BPGA, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 1.029, de 23/2/94.

**7 - Disposições gerais:**

**7.1** - O pedido de inscrição, devidamente protocolado, implica o reconhecimento e a aceitação das condições da seleção, nos termos deste edital.

**7.2** - O tempo a que se referem os itens 2.1.3, 2.2.3, 2.3.3 e 2.4.3 será contado até 31/8/94.

**7.3** - Considerar-se-á inscrito o candidato que tiver o seu requerimento deferido.

**7.4** - Não haverá segunda chamada para qualquer das etapas por ausência do candidato, seja qual for o motivo alegado.

**7.5** - Os casos omissos serão resolvidos, em caráter definitivo, pela banca examinadora.

**7.6** - Todas as instruções, convocações, avisos e resultados referentes ao processo seletivo a que se refere este edital serão divulgados no Boletim da Secretaria ou nos demais instrumentos internos de informação.

Diretoria-Geral, 8 de junho de 1994.

Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

(\* - Republicado novamente em virtude de alterações no seu texto.)

-----  
**Anexo I**

-----  
**Calendário de realização de provas**  
 -----

DATA	HORÁRIO	POSIÇÃO
2/9/94	14 às 17 horas	FGS
		FGA-I
9/9/94	14 às 17 horas	FGG
		FGM

-----  
**Obs:** O local de realização das provas será divulgado oportunamente.

**Anexo II**

**(programa a que se refere o subitem nº 5.7 do Edital GPC 1/94)**

- 1 - Noções de Direito
  - 1.1 - O Estado
    - 1.1.1 - Conceito e natureza
    - 1.1.2 - Elementos
    - 1.1.3 - Constituição
    - 1.1.4 - Funções
  - 1.2 - Ordenamento jurídico brasileiro
    - 1.2.1 - Princípios fundamentais
    - 1.2.2 - Direitos sociais e políticos
    - 1.2.3 - Organização do Estado
    - 1.2.3 - Administração Pública
  - 1.3.1 - Princípios
  - 1.3.2 - Formas de execução
  - 1.3.3 - Organização administrativa: entidades, órgãos e agentes administrativos
  - 1.3.4 - Poderes e deveres do administrador público
  - 1.3.5 - Ato administrativo, contrato administrativo e licitação (noções básicas)

- 1.3.6 - Bens públicos
- 1.3.7 - Controle interno e externo da administração pública
- 2 - História do Poder Legislativo em Minas Gerais
- 3 - Poder Legislativo Estadual
- 3.1 - Funções institucionais constituinte, legislativa, meramente deliberativa, fiscalizadora, julgadora e político-parlamentar
- 3.2 - Composição e competência da Assembléia Legislativa
- 3.3 - Deputados
- 3.4 - Comissões
- 3.5 - Processo legislativo
- 4 - A Secretaria da Assembléia
- 4.1 - Documento Básico para a Gestão Administrativa
- 4.2 - Documento consolidado da estrutura organizacional e seu diagrama
- 4.3 - O sistema de carreira
- 5 - Funções Básicas da Administração
- 5.1 - Planejamento: políticas, procedimentos e métodos
- 5.2 - Organização
- 5.2.1 - Estrutura da organização
- 5.2.2 - Relações de linha e de assessoria
- 5.2.3 - A organização como sistema social
- 5.3 - Direção
- 5.3.1 - Liderança
- 5.4 - Coordenação
- 5.5 - Controle
- 5.5.1 - O processo de controle
- 6 - Sistema de Informação
- 6.1 - Conceitos básicos
- 6.2 - Sistemas de informação e processamento eletrônico de dados
- 6.3 - A empresa (ou organização) vista como sistema
- 6.4 - Estruturas organizacionais e sistemas de informação
- 6.5 - Sistemas de informação e processo de gerenciamento

#### **Bibliografia Sugerida**

- 1 - BIO, Sérgio Rodrigues. "Sistemas de Informação: um Enfoque Gerencial" - Ed. Atlas.
  - 2 - ROCHA, Luiz Osvaldo Leal da. "Organização e Método: uma Abordagem Prática".
  - 3 - KASMIER, Leonard J. "Princípios de Gerência 5". 2ª ed. RJ: Pallas.
  - 4 - KWASNICKA, Eunice Lacava. "Teoria Geral da Administração". 2ª ed. SP: Atlas, 1991.
  - 5 - SILVA, José Afonso da. "Curso de Direito Constitucional Positivo.
  - 6 - MEIRELLES, Hely Lopes. "Direito Administrativo Brasileiro".
  - 7 - DALLARI, Dalmo de Abreu. "Elementos da Teoria Geral do Estado".
  - 8 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
  - 9 - Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.
  - 10 - Qualquer comentário à Constituição Brasileira de 1988.
  - 11 - Documento Básico para a Gestão Administrativa.
  - 12 - Documento Consolidado de Caracterização da Estrutura, Perfis e Posições Organizacionais (ver separata).
  - 13 - Regimento Interno da Assembléia Legislativa.
  - 14 - Resolução nº 5.134, de 10/9/93.
  - 15 - Resolução nº 5.142, de 31/5/94 (sistema de carreira).
  - 16 - Separata a ser fornecida ao candidato no ato da inscrição.
- Obs.: 1 - A obra de José Afonso da Silva, bem como a de Hely Lopes Meirelles deverão estar atualizadas pela Constituição Federal de 1988;
- 2 - Não há necessidade de ler todas as obras de Direito sugeridas. O candidato poderá escolher uma de cada matéria.

---

#### **ERRATA**

---

Na publicação da portaria do Diretor-Geral verificada na edição do "Diário do Legislativo" de 9/6/94, pág. 46, col. 3, onde se lê:  
 "Portaria nº 1.056/94", leia-se:

"Portaria n° 156/94".

---